

# Reagrupamento Revolucionário



rr4i.org

[ N° 12 ]

rr-4i@krutt.org



## Contra a reação capitalista, por uma alternativa dos trabalhadores

Por Rafael Ferreira, outubro de 2018.

Passamos por um momento preocupante na política brasileira. Após o esgotamento do governo do PT de colaboração com a classe dominante, e um golpe que acelerou a retirada de direitos dos trabalhadores, estamos em uma situação de crise política e econômica, onde não só os direitos trabalhistas e sociais estão sendo arrancados, mas também as liberdades mais básicas estão ameaçadas, e há o crescimento de forças de extrema-direita nas urnas e no cotidiano.

A chegada de Bolsonaro ao segundo turno em primeiro colocado, a eleição de uma forte bancada conservadora e reacionária para o Congresso nacional e as ações repressivas cada vez mais frequentes da polícia, não são a causa, mas o efeito da disposição de uma parcela crescente da classe dominante e do Estado burguês em esmagar os direitos dos trabalhadores a qualquer custo, para aumentar seus lucros e garantir maior estabilidade; e de uma falência dos projetos burgueses adversários, especialmente o da direita neoliberal tradicional (PSDB/DEM), mas também o do “pacto de classes” capitalista proposto pelo PT.

A questão que se coloca de forma imediata é: como

enfrentar e derrotar a reação personificada por Bolsonaro, mas que na verdade está concretizada pelas instituições repressivas do Estado burguês e por amplos setores da classe dominante? Para nós, há duas posições principais: tentar emplacar um novo governo ao Estado capitalista, como foram os governos do PT de conciliação com os empresários, ou criar uma forte alternativa proletária capaz de fazer recuar a reação. Enganam-se aqueles que pensam que essas duas respostas podem ser combinadas ou conciliadas, especialmente nesse momento de aguda crise.

### A trajetória recente do projeto petista de “colaboração de classes” e a sua subordinação às estruturas reacionárias

Diante dessa conjuntura difícil, em que o mais inescrupuloso e reacionário projeto de Bolsonaro/PSL pode chegar ao poder por vias eleitorais, muitos lutadores pelas causas sociais e pelos direitos dos trabalhadores buscam, ansiosos, uma alternativa. Nesse processo, muitos sucumbiram ao desespero e passaram a defender, desde o pri-

meiro turno, o “voto útil” em candidaturas que, ainda que burguesas, tinham chances de derrotar eleitoralmente a extrema-direita, como Haddad/PT e Ciro Gomes/PDT. É um voto não por convicção, mas pelo “pragmatismo”, contra Bolsonaro. Essa posição, embora justificada do ponto de vista emotivo, não ajuda a resolver a situação. Pelo contrário, ela desloca a conjuntura cada vez mais à direita, ao enfraquecer as alternativas da classe trabalhadora e reduzir a disputa entre um programa burguês e um programa burguês “radical” de extrema-direita.

Chegamos a essa situação após longo período de “colaboração de classes”, isso é, um governo que dizia ser possível conciliar os interesses da classe trabalhadora e da burguesia, mas que na verdade subordinava os trabalhadores aos grandes capitalistas. Ele obteve relativo sucesso enquanto o país viveu momentos de crescimento econômico (principalmente nos dois governos Lula), onde foi possível garantir alguns benefícios aos trabalhadores e à população no geral, através de programas sociais, sem afetar o crescimento dos lucros da burguesia que, por sua vez, se via satisfeita duplamente, com o aumento das taxas de lucros e a estabilidade política.

Durante esse período, inúmeras greves foram contidas ou sabotadas pelo aparato sindical do PT, limitando a capacidade de luta dos trabalhadores. É importante dizer que os benefícios concedidos à população mais pobre foram apenas uma insignificante fração de toda riqueza que o país adquiria. Mas para quem nunca teve nada na vida, isso não importava porque, efetivamente, sua condição melhorou, ainda que pouco.

Mesmo durante esse período de algumas concessões, vivemos também ataques brutais, como a Reforma da Previdência em 2003, a privatização de empresas e bancos públicos, os leilões do petróleo e o aprofundamento da dependência do país às empresas estrangeiras, e a ocupação do Haiti, feita sob as ordens das Nações Unidas, que implicou num atentado à soberania do país caribenho e reprimiu duramente os trabalhadores de lá. Podemos ver também que, quando pressionado, o governo de colaboração de classes tende muito mais a atender os interesses da classe dominante.

Entretanto, essa situação se alterou quando as crises econômicas mundiais afetaram o Brasil e fizeram os ganhos dos capitalistas caírem (já em meados do primeiro governo Dilma). Para manter sua taxa de lucro, a burguesia passou a exigir cortes de gastos públicos com serviços sociais, que evidentemente afetaram as condições de vida, e mudanças nas leis que diminuíssem as “obrigações” do empresariado para com os trabalhadores. Assim, o próprio PT foi sendo forçado pela classe dominante, com a qual era aliado, a promover tais cortes, e os fez enquanto pôde, provando que a colaboração de classe só “funciona” enquanto os lucros do andar cima continuam aumentando, e acaba quando eles ameaçam diminuir.

Depois de dizer, em sua campanha de reeleição em 2014, que não iria retirar direitos “nem que a vaca tussa”, Dilma logo se pôs a cortar gastos sociais, culpando essas

pequenas concessões e os programas sociais pela crise econômica, junto com o banqueiro Joaquim Levy no Ministério da Fazenda.

De lá para cá, o Congresso e o STF promoveram um golpe que retirou Dilma do poder e o colocou nas mãos de Temer, já que se considerou o PT incapaz de fazer as “reformas necessárias” na intensidade e velocidade suficiente, devido a disputas em sua base aliada. Tudo isso com a Operação Lava-Jato como pano de fundo, a qual esses setores queriam direcionar unicamente ao PT, para tomá-lo como “bode expiatório”, e um grande fortalecimento das várias instâncias do Judiciário, em especial do STF, que passou a atuar cada vez mais como um fiador das medidas de “austeridade” e da perseguição unilateral ao PT, blindando o governo Temer e parte de seus aliados. Todo esse teatro teve como objetivo concreto uma aceleração do ritmo de retirada de direitos.

Nesse processo todo, a opinião pública foi amoldada pela mídia que, ligada a setores mais conservadores, trataram de associar todo o mal da realidade política ao PT, e impedir qualquer crítica à esquerda que poderia surgir a esse partido, limitando o debate à corrupção (como se isso não fosse inerente ao sistema e a todos os partidos principais) e ao “excessivo” gasto do governo petista com programas sociais, sem qualquer crítica aos enormes repasses (diretos e indiretos) aos banqueiros e grandes empresários, apoiados por todos os partidos e políticos burgueses. Preparou-se assim a opinião pública para aceitar projetos de austeridade, e encontrava-se um “culpado” que não era o sistema capitalista, com sua classe dominante parasitária à frente, e os problemas sociais por ele engendrados. Dessa forma, foi dado o espaço para o crescimento de grupos reacionários e de extrema-direita, baseados em pautas moralistas e preconceituosas, como MBL e Bolsonaro.

O PT, ao tentar se vender como viável para a burguesia, pouco ou nada fez para combater o golpe (nem mesmo mobilizou seriamente suas bases nos sindicatos para impedir a prisão de Lula), tampouco para conscienci-

## Nº 12 - 2º Semestre de 2018

Contra a reação capitalista, por uma alternativa [p. 01]  
dos trabalhadores

As eleições e a crise política brasileira [p. 05]

A luta antifascista e as tarefas dos comunistas [p. 14]

Observações preliminares da greve dos caminhoneiros [p. 18]

Pela mobilização da classe trabalhadora em defesa da legalização do aborto seguro e gratuito [p. 21]

A questão LGBT+ e o socialismo [p. 26]

## Reagrupamento Revolucionário

Site: [rr4i.org](http://rr4i.org)

Email: [rr-4i@krutt.org](mailto:rr-4i@krutt.org)

Facebook: [facebook.com/reagrupamento](https://www.facebook.com/reagrupamento)



zar a classe trabalhadora diante do avanço da reação. Até recentemente, Dilma, Haddad e o próprio Lula elogiavam a Lava-Jato. O mesmo vale para o crescimento do papel das Forças Armadas na sociedade brasileira. O governador do PT na Bahia, Rui Costa, por exemplo, quer também o projeto de militarização de escolas em seu estado. Enquanto o PT denuncia pontualmente algumas ações dessas instituições, segue propagando absoluta confiança no Estado burguês e na capacidade de conciliar com os grandes capitalistas. No discurso que fez no dia de sua prisão, Lula afirmou que *“se não confiasse na Justiça, não teria feito um partido político, teria proposto a revolução”*.

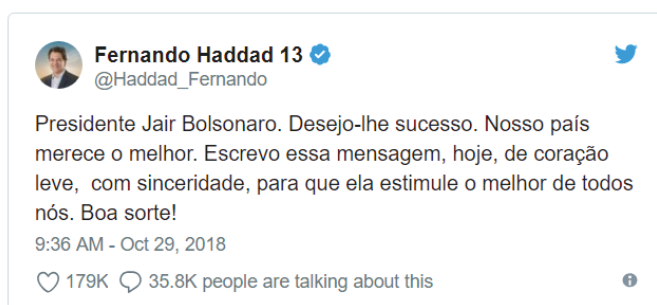
No primeiro turno das atuais eleições, o PT apoiou candidatos golpistas em 15 estados do país, participando de blocos com esses partidos reacionários e ajudando-os a se fortalecer. Nessa reta final de campanha, Haddad está acenando a todos os setores reacionários. Para ganhar apoio de igrejas, falou contra a legalização do aborto. Poucos dias depois, elogiou o juiz Sérgio Moro, responsável pela condenação de Lula. O PT está propagando-o como um “homem de família”, reforçando ideologias conservadoras. Essa política é não só imprestável para combater a reação, como também um perigo enorme diante da extrema-direita de Bolsonaro e seus agentes.

Muitos na esquerda que se dizem socialistas se colocam, mais uma vez, a reboque do projeto do PT, preferindo defender acriticamente as vantagens de um novo governo petista, até mesmo tentando “embelezar” para a classe trabalhadora as suas políticas e seu significado. Em geral, diante do avanço reacionário, a maior parte da esquerda limitou-se à defesa do regime cada vez mais podre da “democracia” dos ricos, levantando bandeiras como “eleições gerais” ou “assembleia constituinte”, ou ainda buscando canalizar expectativa para a via eleitoral, sem levantar nenhuma proposta sobre a superação do sistema.

Defendemos e lutamos pela expansão dos direitos democráticos dos trabalhadores, como a liberdade de expressão e manifestação, política e cultural, liberdade de organização sindical e partidária. Mas o fazemos numa perspectiva de superação do Estado burguês e do atual falso regime “democrático”, não de crença no respeito das instituições da classe dominante a resultados eleitorais, normas constitucionais ou à vontade popular.

Assim, há muitos grupos supostamente socialistas que nem sequer ousam mais falar em socialismo no seu cotidiano, como a maior parte das correntes do PSOL (inclusive a recém-formada Resistência), que assim contribuem para a ilusão de que o regime burguês pode contemplar os interesses dos trabalhadores, e deixam o papel de alternativa perante “tudo que está aí” ser ocupado cada vez mais pela extrema direita. Há também os setores que se reivindicam revolucionários e que dizem combater a falsa noção de “colaboração de classes”, mas que, nesse momento, estão indo a reboque de apoiar a campanha eleitoral do PT de forma “crítica”, como é o caso da Esquerda Marxista/PSOL, do PSTU e do MRT.

Organizações socialistas, que se propõem a ser van-



**Após o resultado do segundo turno, Haddad desejou “sucesso” ao que até a noite anterior o PT anunciava ser um projeto fascista.**

guarda na tomada de consciência do proletariado, deveriam ser os primeiros a esclarecer que são as instituições principais do Estado burguês e a classe dominante que estão comprometidos com essa onda reacionária, e que, por querer comprometer-se com elas, o PT iria conduzir muitos desses ataques e lavar as mãos diante de tantos outros, caso chegasse ao poder. O próprio golpe de 2016 se insere nessa lógica. A grande burguesia “usou” o governo Dilma para implementar seu programa reacionário enquanto achou útil, e depois se organizou para removê-la do poder quando não precisava mais e exigia maior rapidez na implementação dos ataques.

Independente do resultado do segundo turno, a situação exige resistência ativa do proletariado, bem como denunciar o papel do PT durante seus governos de falsa “conciliação de classes”, em que o proletariado foi atacado e contido, dando abertura à reação. Hoje, apoiar a campanha eleitoral do PT reflete expectativas em um novo governo burguês, representante da classe dominante, que ainda que de forma mais branda que Bolsonaro, atacaria os trabalhadores, pois sua aliança com a burguesia exige isso, e não há controle popular algum sobre a sua política após o voto. Por todas essas razões, reafirmamos nossa posição já declarada desde o começo dessas eleições, de votar nulo no segundo turno entre dois projetos burgueses.

**Combater a extrema-direita e a reação da burguesia: por uma frente de luta dos trabalhadores!**

A burguesia e os principais braços do seu Estado continuarão seu ataque contra os trabalhadores e o povo. Preparação para resistir é a tarefa imediata e urgente. Precisamos organizar instrumentos para conduzir nossas lutas, pois mesmo que Bolsonaro não vença, ainda estaremos em uma conjuntura de ataques econômicos e onde expressiva parcela da população está sendo manipulada pelos ideais reacionários defendidos por tal candidato; em que há grupos fascistas atuantes nas ruas; e no qual as Forças Armadas, as polícias e o Judiciário sentem-se cada vez mais confiantes para passar por cima de tudo e de todos.

A maior parte da esquerda, em sua enorme expectativa nas eleições, negligencia a organização do proletariado para a luta. E isso mesmo essas eleições tendo sido marcadas por inúmeras fraudes, desde a proibição da candidatura de Lula, até o “lavar de mãos” da Justiça eleitoral a respeito de doações ilegais de campanha da candidatura

Bolsonaro e a difusão incontrolada de mentiras pelas redes sociais. Quando a situação piorar, correremos sério risco de sermos pegos despreparados por fé no regime “democrático” burguês e nas suas instituições.

As condições em que vivemos tendem a piorar; a população, a perder a fé no governo eleito; e diante de uma ausência de projetos de esquerda para mudar a situação, em conjunto com uma mídia que limita a capacidade crítica do povo, as propostas de extrema-direita, as mais radicais, as mais absurdas, passam cada vez mais a serem vistas como “alternativas”, a “única saída”, como algo “novo”.

Esse filme aconteceu de forma similar no passado: o desgaste dos regimes burgueses e a ausência de alternativas à esquerda permitiram o avanço do fascismo. Atualmente o mundo assiste a um crescimento da extrema-direita a nível mundial e aqui não é diferente, ainda que não haja até o momento um movimento fascista de massas. Quando o fascismo ganha força suficiente, ele não precisa das eleições para tomar o poder. Bolsonaro pode ser a personificação da extrema-direita brasileira nessas eleições, mas ele é apenas uma imagem de uma realidade muito pior que está sendo criada, e não será a eleição o instrumento para que seja derrotada.

Bolsonaro e Haddad não são iguais. O primeiro se mostra disposto a trazer os retrocessos em uma velocidade e intensidade maior. Temer, em comparação com Dilma, demonstra bem essa questão de diferença de ritmos. Por isso, apesar de que não apoiamos a candidatura burguesa do PT como alternativa a Bolsonaro, nós certamente participaremos de lutas de classe para rejeitar uma vitória da extrema-direita. Mas a ideia de uma “resistência eleitoral” só pode ser uma ilusão debilitante. Em tais situações, ou em caso de tentativa de um novo golpe direitista, golpe policial ou ações fascistas, a tarefa urgente dos revolucionários é mobilizar a classe trabalhadora para a batalha.

No interior da luta contra os ataques aos direitos democráticos e sociais, nós dialogaremos com os trabalhadores em luta que apenas o socialismo pode garantir condições de vida decentes e a derrota de fato da extrema-direita, levantando propostas que preparem uma futura ofensiva contra os patrões, banqueiros e latifundiários. Essas propostas envolveriam estatização das grandes empresas e bancos sob controle dos trabalhadores, para garantir empregos de qualidade, redução da jornada de trabalho e para absorver os trabalhadores desempregados; subida dos salários conforme a inflação; concessão das terras e imóveis dos grandes especuladores e proprietários para benefício da população que paga altos aluguéis ou mora em áreas de risco; legalização do aborto para salvar as vidas de milhões de mulheres; dentre outras. Somente a independência de classe e a mobilização dos grupos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais em ações comuns, pode nos tirar da crise de forma favorável aos trabalhadores e ao povo.

Apesar da urgência do momento estar, por ora, identificada com a disputa eleitoral, é imprescindível desde já pensarmos e agirmos para além dela, pois mesmo no caso improvável do Bolsonaro não ser eleito, a direita reacio-

nária e truculenta, inclusive fascista, não vai se desmobilizar e abandonar as ruas; a burguesia seguirá demandando novas rodadas de retiradas de direitos, privatizações, auxiliada por um legislativo ainda mais à direita, por um STF disposto a garantir a legalidade de todos esses atos, por polícias e Forças Armadas prontas para reprimir quem ficar no caminho. Mas mesmo em seu interior, a burguesia está dividida sobre como proceder e sobre quem e quais instituições deve estar na primeira linha de comando. Nada disso está decidido e isso abre possibilidade de ação dos trabalhadores.

Por isso, a única possibilidade para evitar o esmagamento dos nossos direitos está em construirmos uma frente de ação que unifique os movimentos, organizações, sindicatos da classe trabalhadora para organizar desde manifestações de rua até greves, passando por ocupações e outros métodos de luta, com o objetivo de fazer os reacionários recuarem e derrotarmos a nova rodada de ataques que virá.

Muitos apoiam Bolsonaro porque acreditam erradamente que ele impedirá que as condições de vida sigam se deteriorando, o que significa que a luta em torno dessa demanda é a chave para afastar parcela importante do povo desse demagogo (tanto agora, quanto durante seu possível governo). Construir um instrumento desses, essa “frente de lutas” (frente única) não é uma tarefa fácil, ela já está extremamente atrasada, e não será resolvida em poucos dias. Mas o dia nacional de greve em abril de 2017, as massivas manifestações “Ele não”, dentre outros casos, mostram que há forte disposição para a mobilização entre os setores progressistas em geral e entre a classe trabalhadora, que deve liderar esse movimento.

Falta transformarmos essa disposição em ação coordenada e contínua. O outro lado já está muito bem preparado e mobilizado em torno de uma pauta de ataques contra nós, ainda que internamente não tenha coesão. Não podemos deixar nossa preparação e mobilização de lado para focar nas urnas, pois não é na arena eleitoral que vamos assegurar a vitória. Batalhas muito mais duras nos esperam depois das eleições, sem que tenhamos nesse momento formas adequadas de enfrentá-las.

**- Poder operário contra o avanço reacionário!**

**- Pela organização imediata de uma frente única combativa de organizações da classe trabalhadora, que construa ações rumo a uma greve geral por tempo indeterminado e que organize autodefesas operárias contra ataques fascistas!**

**- Por um partido revolucionário dos trabalhadores, que aponte a verdadeira alternativa: Ele não, Socialismo sim!**



# As eleições e a crise política brasileira

Setembro de 2018



**A burguesia se encontra numa encruzilhada na atual conjuntura de crise política que, em si própria, é um efeito da crise econômica capitalista.** Quando o cenário é adverso, os “de cima” se dividem sobre como proceder. As velhas “opções” a que recorriam já não funcionam mais para manter um regime estável de exploração do trabalho. Ou não encontram nenhuma legitimidade (como no caso da direita neoliberal tradicional); ou não contam exatamente com a confiança e preferência dos grandes capitalistas. **O pacto petista de “colaboração de classes” funcionou para a burguesia por mais de 10 anos, mas já não pode existir. Esse “acordo” beneficiou principalmente aos patrões e banqueiros, e não aos trabalhadores, que só receberam pequenas concessões.** Do ponto de vista dos burgueses, beneficiou algumas empresas nacionais da construção civil e do setor de tecnologia de extração, que entraram em crise com a redução das exportações e com a diminuição do poder de compra causada pelo desemprego galopante. Do ponto de vista dos trabalhadores, foram pequenas melhorias em comparação com os governos neoliberais anteriores. Mas tal “modelo” só se manteve enquanto o Estado tinha recursos sobrando (diante do crescimento econômico) para realizar grandes obras de infraestrutura, alguns investimentos em Universidades públicas, e para alguns programas de assistência social.

Conforme o crescimento econômico e a arrecadação estatal caíam em razão da queda dos preços dos produtos de exportação principais do Brasil, da diminuição das exportações e do desemprego, esse modelo entrava em crise

e o PT era abandonado pelo amplo círculo de “aliados” (bancada ruralista e evangélica, bancos, grandes monopólios imperialistas), temerosos de que Dilma não defendesse suficientemente bem seus “sagrados” lucros como uma prioridade máxima.

As poucas concessões dadas pelo PT aos trabalhadores em 13 anos no poder foram retiradas com uma rapidez impressionante no último ano do governo Dilma e, depois, pelo governo Temer. Desde o golpe e a evidente incapacidade de Temer de se manter no poder de forma estável, a burguesia está perdida. Sem apoio popular, Temer se apoiou ora no Judiciário, ora nas Forças Armadas (com a recente intervenção federal no Rio de Janeiro, por exemplo), instituições que ainda não estão tão deslegitimadas quanto o Congresso e o presidente, e desejam ter mais e mais poder.

Nas atuais eleições, os vários políticos e partidos da classe dominante tentam se vender como uma alternativa viável, estável, para “pôr as contas em ordem” — ou seja, garantir o pagamento de dívidas a banqueiros e empresas, o financiamento estatal de suporte aos capitalistas (apelidado de “bolsa empresário”), seguir arrancando recursos das áreas sociais e da classe trabalhadora para favorecer os capitalistas em crise e investidores, condições exigidas “pelo mercado”. **A burguesia não tem nenhuma solução verdadeira para a crise do seu sistema que não seja o esmagamento das condições de vida dos trabalhadores para recuperar seu ímpeto e sua taxa de lucro.**

Os “garantidores da ordem” têm cada um sua estra-



tégia particular para fazer isso enganando os trabalhadores e esperando ter o mínimo de sustentação (na base da persuasão, da repressão, ou de uma combinação de ambas). Os trabalhadores devem se delimitar de todos os enganadores da classe dominante e aproveitar essa crise de representatividade para se colocarem como uma classe capaz de governar o país em seu próprio nome.

### As candidaturas da classe dominante

**Marina (REDE), Álvaro Dias (PODE), Amoe-do (NOVO), Alckmin (PSDB) e Meireles (MDB) nada mais são do que uma continuidade do governo Temer com uma tentativa fracassada de “repaginada” ou “inovação”.** Seu programa é o programa neoliberal dos ataques aos direitos da classe trabalhadora, em defesa da “reforma” trabalhista, da previdência, a Emenda Constitucional do teto de gastos, que significará um desinvestimento maciço nas áreas sociais, e uma longa série de posições similares. Pretendem manter o arrocho sobre o povo, retirando o pouco que resta, para maximizar lucros e voltar os recursos do Estado para pagar dívidas de empresários e conceder isenções fiscais. Por esse motivo, não conseguiram nenhum tipo de atenção especial. As candidaturas que têm mais chances são as de caráter mais populista e que são vistas como alternativas às outras, como Bolsonaro (PSL), Ciro Gomes (PDT) e Haddad (PT).

### As candidaturas populistas de centro-esquerda

A popularidade das candidaturas de Ciro e Haddad parte do fato que defendem, a partir de perspectivas diferentes, uma renovação do “pacto social” dos governos petistas. Os discursos de ambos para tal se pautam na falsa ideia de que é possível superar a crise através de um bom plano econômico. Uma vez eleitos e essa perspectiva se revelando falsa, eles seriam reduzidos a fazer o que seus partidos sempre fizeram: **administrar a maquinaria do Estado burguês segundo os interesses da classe dominante, governando com boa parte da mesma corja com que o PT governava, sob a desculpa de fazer “o que é possível”.**

Por esse motivo, não temos a menor confiança de que, se eleitos, Ciro ou Haddad tentarão revogar as reformas de Temer. Lula, antes de sua prisão, disse que “Seria falso dizer que vou anular tudo” (Valor Econômico, julho de 2017). O PT está adaptado à ideia de conviver com a classe dominante brasileira e suas exigências, que por sua vez se adapta às necessidades do sistema capitalista internacional, o interesse das grandes corporações imperialistas. Kátia Abreu, ruralista e candidata a vice-presidente com Ciro, afirmou, em um evento empresarial em São Paulo, que “era um mito” que ele pretendia revogar a “reforma trabalhista” (Folha de S. Paulo, 20 de agosto).

Se eleitos, fariam exatamente como Dilma fez num contexto de crise: submeter-se-iam aos planos de “ajuste” do capital para extrair mais-valia. E não seria preciso mui-

to para que, caso virassem por qualquer motivo um empecilho para a classe dominante nacional ou imperialista, corresse o risco de um conflito com o Congresso, Judiciário ou mesmo com as Forças Armadas, um novo golpe ou aprofundamento da reação. Estão de braços atados, nessa conjuntura acirrada, pelo seu objetivo de governar com a burguesia e por dentro Estado burguês. É bom lembrar que o próprio Temer precisou se ajoelhar diante dessas instituições.

### A candidatura reacionária de Bolsonaro (PSL)

**Bolsonaro é explicitamente reacionário.** Seu programa conseguiu reunir os setores da população que sempre foram anticomunistas e eram nostálgicos da ditadura, com aqueles que querem algo “diferente” e estavam abertos aos projetos de direita, por reforço da polícia e das Forças Armadas como suposta solução para a sensação de insegurança, pela “prisão dos corruptos”, e dispostos a ignorar as posições absurdas e corruptas de seu próprio candidato. Antes defendendo um vago “patriotismo” de direita, desde que montou seu time de campanha, Bolsonaro tornou-se um neoliberal convicto, votou a favor de todas as medidas principais e “reformas” de Temer, governo do qual seu partido foi um dos mais fiéis aliados. O símbolo disso é o responsável por seu programa econômico, o banqueiro Paulo Guedes.

**Os trabalhadores certamente têm razão em rejeitar que seja eleito como presidente.** Participaremos das mobilizações contrárias a ele por seu racismo, machismo, homofobia e homenagens aos torturadores da ditadura. Porém, recentemente, várias organizações socialistas desesperadas com a perspectiva do ascenso reacionário começaram a defender um “voto útil tático” nas candidaturas que puderem derrotar o Bolsonaro, sob a justificativa de que Bolsonaro é fascista e que sua vitória nas urnas levaria a uma mudança qualitativa no campo da luta de classes. Não concordamos nem com a “tática” nem com a análise.

É necessário ter clareza de que nem toda candidatura ou partido reacionário é fascista. As experiências do século XX ensinam que um movimento fascista se pauta não só no populismo reacionário, mas que se distingue pelo para-militarismo organizado e centralizado na figura do partido fascista, que age sistematicamente para esmagar o movimento operário. A vitória nas ruas dos fascistas é pré-condição para a formação de um governo fascista.

Em casos de ataques de grupos fascistas e paramilitares de direita, não só é apropriado como absolutamente necessário a organização de uma frente operária, **um bloco prático para organizar a autodefesa dos trabalhadores e minorias, e esmagar as sementes do movimento fascista. Mas isso se faria nas ruas, e não nas urnas.**

Bolsonaro e seu movimento é primeiramente eleito-reiro. Se for eleito, não contando com uma força paramilitar para fazer valer sua vontade sobre a burguesia, ele geriria o Estado burguês seguindo os ditames da burguesia. O maior perigo da sua candidatura não é em si, mas sim

no fato de que seu discurso reacionário permite que na sua sombra haja o crescimento e reagrupamento de grupelhos fascistas, e que ela também traz a promoção e normalização da participação de militares na vida política nacional.

O ascenso reacionário que se canaliza através da sua candidatura pode levar à criação de um movimento fascista de massas ou a um golpe militar, e por isso precisa ser combatido, mas qualquer uma dessas alternativas só se cristalizaria através de uma transformação profunda desse movimento, não só de sua orientação e organização, como de sua liderança. Já foi demonstrado pelo caso do Mourão subindo ao palanque que não só existem diferenças como atritos entre esses setores que hoje integram a campanha.

**Quem pode deter esse avanço reacionário?** Não o PT, que tem dado trégua contra o governo Temer. Não um Ciro Gomes, amigo dos ruralistas e empresários. Os aliados atuais ou desejados de Ciro e Haddad não vão tolerar uma luta de massas contra Bolsonaro, contra os fascistas e militaristas ao seu redor, pois temem acima de tudo um movimento de trabalhadores que ameace sua ordem.

O próprio Bolsonaro se gestou sob os anos do governo do PT. O então partido dele (PP) inclusive foi base desse governo por anos, recebendo ministérios. A lógica de associar-se aos “centrões” e partidos políticos burgueses de aluguel, repletos de Bolsonaros e Cunhas, não é capaz de impedir o avanço dessa direita violenta. Ciro queria o apoio desses partidos e Haddad não rejeita governar com eles. Inclusive, o PT está associado a partidos golpistas em 15 estados do país para as eleições para governador.

Haddad e Ciro não levantam o mesmo programa

que Bolsonaro. Dizem ser contra o caos e autoritarismo judiciário que se instalou no país e contra as reformas mais severas de Temer. Mas isso contraria completamente os interesses da base de apoio que eles almejam: a burguesia brasileira, com a qual pretendem governar e conciliar, caso eleitos.

Mesmo que Bolsonaro perca nas urnas, o poder de Estado segue com o Judiciário, com as polícias e as Forças Armadas, com a burocracia. Essas instituições seguirão dominadas por aqueles que querem aprofundar a reação da burguesia contra o povo, que têm laços de sangue e de intimidade com o grande capital, empresários e banqueiros. Atualmente há uma situação na qual as polícias, o Exército e Judiciário estão instrumentalizados diariamente para defender medidas dos capitalistas contra o povo.

Aceitar governar nesses termos e com a classe dominante, é aceitar os ditames do que ela exige, e consequentemente estar à mercê dessas instituições que podem, a qualquer momento, voltar-se contra o próprio governo eleito (o que ficou demonstrado pela queda de Dilma).

Não apoiamos, sob nenhum argumento e sob nenhuma desculpa “tática”, as candidaturas da burguesia. **Está fora de questão para nós o apoio a qualquer um dos representantes da classe dominante.** Apesar de não serem os preferidos da burguesia devido a suas ideias de “pacto social” entre todas as classes (claro, sempre para maior vantagem da burguesia), está claro que as candidaturas de Ciro e Haddad não oferecem nenhum risco ao regime capitalista.

Essas candidaturas só oferecem riscos à classe tra-





balhadora, por reforçarem a situação de desmobilização, despreparo e desarmamento da classe para a luta, que derivam tanto das ilusões quanto das desilusões políticas causadas por essas figuras, que tentam atrelar os trabalhadores à legalidade institucional burguesa.

Os socialistas que apoiam essas candidaturas não fazem nada mais que revelar suas próprias ilusões com o parlamentarismo e ajudar a reforçar as ilusões de setores dos trabalhadores de que esses candidatos podem, uma vez eleitos, defender, mesmo que de maneira deformada, os interesses dos trabalhadores.

Os revolucionários insistem que o poder da burguesia não se concentra nas eleições, que estão cada vez mais parecidas com um macabro espetáculo, e sim no Estado (Forças Armadas e policiais, burocracia e Judiciário), na propriedade privada dos meios de produção, e no controle ideológico que exercem sobre classe trabalhadora. Essas são as correntes que precisam ser quebradas o quanto antes.

A tarefa dos revolucionários é usar o espaço que as eleições burguesas nos dão para, através da propaganda do programa marxista e de uma série de demandas, e através da denuncia dos projetos políticos burgueses, auxiliar as massas a se livrarem ou se precaverem contra as ilusões parlamentares, ajudando a prepara-las para as lutas que virão. Por esse motivo, **tampouco apoiaremos esses candidatos sob a ótica de um “menos pior” ou “mal menor” num segundo turno.**

### As candidaturas de esquerda

**Na atual situação, os partidos da classe trabalhadora estão atomizados.** Os revolucionários não passam de uma minoria da minoria. São poucas as organizações da classe trabalhadora que têm registro eleitoral, e o espaço destas é cada vez mais cerceado nos debates, rádio e televisão. **Na impossibilidade de terem seus próprios candidatos, os revolucionários poderiam, caso haja, apoiar outros candidatos da classe trabalhadora, com a condição de que estes falem em nome da nossa classe e dos seus interesses básicos, rejeitando a colaboração de classe com a burguesia (seus candidatos, partidos, financiamento e regime).**

Esse apoio não pode ser acrítico. Diante dessa impossibilidade de ter candidatos próprios, devemos apoiar as campanhas proletárias independentes, mas nos delimitando de suas fraquezas, erros e oportunismos. Isso deve ser feito com a intenção de demonstrar tais limites a outros apoiadores da campanha, ao mesmo tempo em que se levanta a bandeira de uma candidatura **proletária** contra as dos partidos burgueses.

Existem algumas candidaturas de partidos que se reivindicam socialistas que não estão ligadas diretamente à burguesia. Como elas tem um caráter muito variado e contraditório, precisam ser analisadas caso a caso para determinarmos seu conteúdo. As mais importantes são as duas candidaturas à presidência, a de Guilherme Boulos

(PSOL) e a de Vera Lúcia (PSTU). Existem também as candidaturas ao legislativo de outros partidos, como o PCB, a Esquerda Marxista (EM), Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT), entre outras.

### A candidatura de Guilherme Boulos (PSOL)

Boulos (PSOL) tem dito muitas verdades sobre a realidade do país – a desigualdade social e racial, o privilégio, poder e riqueza dos banqueiros e grandes empresários em comparação à piora crescente das condições de vida dos trabalhadores. Na sua entrevista de duas horas no programa Roda Viva, por exemplo, Boulos foi absolutamente fiel no retrato que fez da sociedade brasileira. Ele fez algumas propostas de reformas moderadas, que são corretas e apoiáveis, mas ele defendeu conquista-las de forma separada de um projeto socialista (que ele nem menciona, a não ser para dizer que o Brasil “*não tem que repetir a história de nenhum país*”). **É um programa altamente contraditório, que considera possível mudar o país sem estabelecer um poder dos trabalhadores que seja sem padrões e contra os padrões.**

**A candidatura Boulos está, num nível formal, certamente à esquerda da de Haddad ou Ciro,** entre outros que defendem abertamente suas alianças com setores diferentes da burguesia e a manutenção do status quo. **Porém, há um claro comprometimento de Boulos em não mudar as regras do jogo.** Ele também deixou claro que pretende governar com a classe dominante, ao dizer que “*se o empresário gera emprego e serve ao país, excelente*”; que “*a constituição assegura o direito à propriedade e ele deve ser respeitado*”; e que pretende “*governar com bancos que tenham taxas civilizadas de juros e tratem o povo de maneira decente*”. Por isso se resume em defender reforma tributária, plebiscito e referendos sobre as medidas do Temer, e em propor baixar as taxas de juros dos bancos.

A classe dominante possui mil maneiras políticas e jurídicas de inviabilizar a realização ou a aplicação dos resultados de plebiscitos ou referendos. Num momento em que governos eleitos são retirados do poder e juízes ameaçam os mais básicos direitos democráticos, é uma ilusão acreditar na força de plebiscitos e referendos (ou seja, no voto). A FIESP e as Forças Armadas não aceitariam nem o primeiro plebiscito caladas, mas sim preparariam um novo golpe. A burguesia precisa ser forçada a recuar pela pressão dos trabalhadores. Mesmo algumas reformas mais básicas só serão implantadas derrotando o Estado capitalista, arrancando os meios de produção e o sistema bancário da burguesia e socializando-os, e construindo um Estado proletário para defender essa nova sociedade.

**Boulos não realiza nenhuma demarcação séria com a ala da política burguesa representada pelo PT.** No último ano, afirmou ter “*profundo respeito e admiração pela figura do presidente Lula*” ainda que dissesse “*não estar 100% sintonizado com seu partido*”. Como já declaramos antes, nos posicionamos contrariamente à



perseguição que o Judiciário tem realizado contra o PT desde o impeachment, inclusive a prisão de Lula e seu direito de concorrer. Porém, não baixamos nem por um instante nossa crítica ao que os governos do PT representaram para o povo. Arrocho, aliança com o que há de pior da burguesia, ataques, como a Reforma da Previdência de 2003, e as concessões, retiradas assim que cessou o crescimento econômico. É muito diferente do que declara Boulos, que já afirmou que: *“O presidente Lula, nem preciso dizer, já foi absolvido pela história e pelo povo brasileiro, por tudo aquilo que fez e por tudo aquilo que representa para o nosso povo”*. (Rede Contínua News, Guilherme Boulos falou na praça da república logo após a condenação de Lula em 2ª instância, 24/01/2018).

Sobre sua disposição de aliar-se politicamente com esse setor da burguesia, Boulos deixou isso claro mais uma vez ao prometer apoio eleitoral ao PT ou a Ciro Gomes num eventual segundo turno numa entrevista que deu ao site do Partido dos Trabalhadores:

“No segundo turno há espaço para uma aliança?”  
 “Acho natural que, num segundo turno, toda a esquerda se una em torno de qualquer candidatura do campo progressista e de enfrentamento ao golpe. Não fazer isso seria suicídio político.”  
 — Boulos: “A diversidade não impede a unidade da esquerda” <https://www.google.com.br/amp/www.pt.org.br/boulos-a-diversidade-nao-impede-a-unidade-da-esquerda/amp/>

O PSOL têm assinado vários acordos em defesa de um “projeto nacional de desenvolvimento” junto com partidos burgueses, PDT, PT e PCdoB, como o *“Manifesto Unidade para Reconstruir o Brasil”*. Nesse texto, afirmam a necessidade da *“união de amplas forças políticas, sociais, econômicas e culturais que constituam uma nova maioria política e social capaz de retirar o país da crise e encaminhá-lo a um novo ciclo político de democracia, de soberania nacional e de prosperidade econômica e progresso social”*. Isso nada mais é que uma tentativa de repetir o projeto petista numa conjuntura no qual ele é inviável.

Como resultado, na prática a candidatura cumpre o mesmo papel que as de Ciro e Haddad, reconciliando os trabalhadores com a classe dominante e suas instituições, e tem como resultado ajudar a desarma-los frente às lutas que estão por vir, e desmobiliza-los no período eleitoral. Por todos esses fatores, **não consideramos a candidatura de Boulos como uma candidatura socialista ou proletária**. Caracterizamos como uma candidatura burguesa pelo seu programa, mesmo que ela não tenha envolvimento direto com a burguesia. Uma frente popular eleitoral “com a sombra da burguesia”, pelo seu desejo de unidade com essa classe.

**Nesse caso, não damos nenhum apoio a Boulos, nem mesmo “crítico”, pois sua candidatura nada difere desse padrão de comprometimento com políticos da burguesia e disposição de conciliação com a classe dominante.**

É bom ressaltar que não é incomum candidatos do

PSOL que concorrem sob a ótica de serem “bons gestores” e de se preocuparem em “governar para todos”, sem o menor comprometimento com uma agenda da classe trabalhadora em oposição aos capitalistas e seu sistema. Nesse caso, não constituem candidaturas socialistas e não devem ser apoiados. Muitos na esquerda apoiaram a campanha de Marcelo Freixo para prefeitura do Rio de Janeiro em 2016, por exemplo, desde apoios entusiastas até apoios tímidos, apesar de que esse candidato havia feito pactos de apoio mútuo com candidatos capitalistas para um segundo turno eleitoral, assim como deixado claro em campanha na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro que não tinha nada contra o “mercado”. O PSOL, como partido pequeno-burguês, contém desde políticos burgueses até correntes da classe trabalhadora, geralmente reformistas ou centristas, que tendem a se adaptar à direção liberal para evitar sua expulsão.

### As candidaturas socialistas para o legislativo

**Não apoiaremos as candidaturas que declaram apoiam o Boulos,** como as da Esquerda Marxista (EM) e do PCB, pois mesmo que essas tenham uma linha socialista em sua propaganda, **entendemos que elas também cruzam a linha de classe ao prestar apoio à candidatura pró-capitalista de Boulos pelo PSOL**. A Esquerda Marxista, tendência do PSOL, faz críticas muito corretas a Boulos, apontando no seu jornal “Foice e Martelo” n. 122, por exemplo, que *“as tiradas moralistas de Boulos não vão esconder a sua vontade de ligação com os banqueiros e a burguesia, pelo contrário, só a ressaltam”*. Porém, esse grupo, assim como vários outros da ala esquerda do PSOL (como a CST e o MES), seguem afirmando publicamente o voto em Boulos para os círculos mais amplos.

Esses grupos centristas que dizem estar fazendo entrismo no PSOL, mas que na prática tendem a permanecer lá indefinitivamente, tendem a ter suas políticas moldadas pela pressão da ideologia burguesa que se faz sentir no PSOL, temendo enfrentar diretamente e honestamente a influência da burguesia e de seus ideólogos sobre a classe operária. Por isso evitam uma ruptura com as candidaturas dos movimentos burgueses “de esquerda” como foi a de Freixo em 2016 e como hoje é a de Boulos, preferindo tentar compensar seu tamanho pequeno frente a esses movimentos, ao apoiar-los “criticamente, pela esquerda”, cumprindo o papel de ajudar a solidificar a influência da burguesia sobre o movimento operário. Eles justificam essas políticas prometendo às suas bases que, em um futuro distante, em um período revolucionário, as suas manobras diplomáticas com as direções e a sua adaptação à esses setores da burguesia vão ser recompensadas pelo desenrolar da luta de classes, com a formação de um partido marxista de massas.

Comunistas passam com os movimentos das massas operárias por todas as suas experiências de luta de classes, sempre defendendo seu programa socialista. **Mas não passamos com os movimentos de massas por experiên-**

**cias de conciliação de classe e traição.** Não se constrói organização marxista sem um combate honesto e aberto à influência da burguesia no seio do movimento operário.

Apoiariamos criticamente a essas e outras candidaturas que se reivindicam socialistas e proletárias apenas mediante um rompimento claro com todos os defensores de projetos de governo burgueses, incluindo o de Guilherme Boulos, e uma rejeição do tal “voto útil”.

**O MRT, até esse momento (a menos de dez dias das eleições) não tem uma posição eleitoral definida no pleito para Presidente.** Daríamos apoio eleitoral crítico a seus candidatos para deputado apenas mediante uma postura de rompimento com as candidaturas como a de Boulos, que até agora não temos como confirmar. **Em 2016 o MRT esperou até o último momento para adotar uma posição tímida de apoio e voto crítico na candidatura burguesa de Marcelo Freixo para a prefeitura do RJ.**

### A candidatura de Vera Lúcia (PSTU)

Diferente das outras candidaturas ditas de esquerda, existe uma que declarou uma posição clara de independência de classe, de denúncia das candidaturas burguesas, e que adotou um programa socialista e radical para essas eleições. Essa é a campanha à presidência da Vera Lúcia, assim como os outros nomes do PSTU, que afirma:

“Nesse momento de grande crise econômica, política e social, vemos várias candidaturas colocando-se à disposição para continuar e aprofundar a política econômica dos últimos governos. São várias candidaturas, mas, de um ou outro jeito, contam com o mesmo projeto: continuar gerindo o capitalismo que condena milhões à fome e ao desemprego. “Diante disso, o PSTU se vê na obrigação de apresentar à classe trabalhadora e o povo pobre do Brasil, uma alternativa socialista e revolucionária. Um programa que aponte a ruptura com o capitalismo, os grandes bancos e empresas, chamando a que a classe operária e a população pobre se rebelem, façam uma revolução que destrua o capitalismo e que construa, na luta, um governo socialista dos trabalhadores, baseado em conselhos populares. Só um programa socialista pode acabar com a dominação imperialista no nosso país, garantir uma segunda e verdadeira independência, e acabar com toda exploração e opressão.” — 16 pontos de um programa socialista para o Brasil contra a crise capitalista, 24 de agosto de 2018. <https://www.pstu.org.br/16-pontos-de-um-programa-socialista-para-o-brasil-contra-a-crise-capitalista/>

Esse não é um material meramente interno ou propagandístico, mas o conteúdo do principal material de campanha que o PSTU tem levado para milhares de trabalhadores no último mês. Os 16 pontos levantados pelo PSTU (que são explicados pormenorizadamente) são os seguintes: 1 – *Revogação de todas as reformas que retiram direitos! Não à reforma da Previdência;* 2 – *Pelo direito ao trabalho! Redução da jornada sem redução dos salários;* 3 – *Planos de obras públicas para gerar emprego e resolver problemas estruturais;* 4 – *Aumento geral dos*

*salários e aposentadorias;* 5- *Estatização das 100 maiores empresas sob o controle dos trabalhadores;* 6 – *Moradia, Educação e Saúde pública e de qualidade para todos;* 7 – *O campo para quem trabalha! Nacionalização e expropriação do latifúndio! Revolução e reforma agrária radical;* 8 – *Regularização e titulação das terras indígenas e quilombolas;* 9 – *Prisão e o confisco dos bens de corruptos e corruptores!;* 10 – *Suspensão do pagamento da dívida e auditoria;* 11 – *Proibição das remessas de lucro! Estatização do sistema financeiro;* 12 – *Fim da Lei de Responsabilidade Fiscal! Por uma Lei de Responsabilidade Social;* 13 – *Reestatização das empresas privatizadas, sob o controle dos trabalhadores;* 14- *Pelo fim da criminalização das lutas e da pobreza! Revogação da lei antiterrorismo! Desmilitarização da PM e descriminalização das drogas! Pelo direito dos trabalhadores e do povo pobre à autodefesa, organizada nas lutas, nos bairros, ocupações;* 15 – *Pelo fim de toda a opressão! Contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia e a xenofobia;* 16 – *Por um governo dos trabalhadores baseado em conselhos populares.*

Esse é um programa que aponta a necessidade de superação do capitalismo e denuncia as principais supostas “alternativas” dentro dos limites do sistema. O PSTU, apesar de ser centrista, é um partido proletário, e nesse caso, como sua candidatura mantém a independência de classe, um voto nesse partido é, nessa ocasião, um voto contra os patrões. Votar em Vera Lúcia em 7 de outubro é rejeitar todos os candidatos da burguesia e afirmar uma posição dos trabalhadores. *Trabalhador vota em trabalhador!*

### Nossas críticas ao PSTU

**Sempre apresentamos de forma consistente e contínua nossas críticas às posições oportunistas do PSTU.** Falaremos novamente. Ao defender a “prisão de todos os corruptos”, como pauta geral, elemento defendido por Vera em algumas entrevistas, **o PSTU confunde o combate proletário à corrupção da burguesia, com o apoio às empreitadas falsamente “moralizantes” da Justiça e da Polícia burguesa.** A defesa da “prisão de todos os políticos corruptos” por essas instituições só tem como efeito reforça-las, e elas também são parte do Estado burguês.

Essa é uma posição que o PSTU vem aprofundando





desde 2016, quando no auge das mobilizações reacionárias pelo impeachment, chamou pelo “Fora Dilma já”, aparentemente ignorando que Dilma não estava sendo derrubada pelos trabalhadores organizados, mas de maneira inconstitucional por um novo bloco hegemônico da burguesia que tinha o interesse de aprofundar os ataques que ela só havia começado. O mesmo pode ser dito de sua postura de ignorar, em vez de denunciar, as restrições antidemocráticas levantadas contra o PT (prisão de Lula, proibição de sua candidatura). Por essa posição inconsequente, o PSTU perderá o voto de muitos militantes e trabalhadores honestos que concordam com a sua crítica à colaboração de classes.

**Na política internacional, o PSTU/LIT tem deixado de lado completamente a independência de classe.** Apoiou movimentos burgueses de oposição dominados por figuras reacionárias na Líbia, Síria, Egito (golpe militar) e Ucrânia sob o argumento de que apoiava uma “revolução” nesses países. Nossa oposição aos governos Kaddafi, Assad, Morsi e Yanukovych deveria ter sido uma oposição de classe contra classe, não misturada e conjunta com setores burgueses reacionários e pró-imperialistas que lideravam inclusive grupos armados na Síria ou na Praça Maidan em Kiev, ou que deram um golpe militar sangrento no Egito.

Algo similar foi feito no movimento sindical recentemente em Itabira (MG), onde militantes do PSTU e da CSP-Conlutas fizeram chapa conjunta, vencedora de eleição do sindicato Metabase, que era presidida por um apoiador de Bolsonaro. Essa questão, até agora não esclarecida e que tampouco passou por autocritica, mostra a inconsistência da PSTU na defesa da independência de classe.

**Além disso, a posição do PSTU no cenário eleitoral nacional é bastante abstrata,** pois faz um chamado à rebelião e à revolução socialista, que são corretos, mas não aponta que a tarefa imediata para a esquerda está na organização de uma frente única proletária para realizar a luta contra os ataques, um movimento de greves, manifestações, ocupações etc. A revolta operária, ou mesmo o “governo de conselhos populares” do PSTU toma ares de um “programa máximo” quando não vem acompanhado de um programa concreto para a luta. Isso deriva do crescente sectarismo e autoprocamação do PSTU em relação a outros grupos da esquerda.

**Porém, é bom lembrar que isso nem sempre foi assim.** Em 2012, antes do partido dar um giro que lembra o “terceiro período” estalinista, o PSTU apoiou uma campanha de caráter muito semelhante ao da atual candidatura Boulos. A candidatura de Edmilson Rodrigues (PSOL) a prefeito de Belém do Pará, cargo que ele ocupou durante oito anos enquanto esteve no PT, foi lançada e apoiada por uma frente que incluía o PSOL, o PSTU e o PCdoB (!). Relembramos o que Edmilson disse durante uma entrevista que deu na época ao blog Ponto de Pauta, que citamos em uma polêmica com o PSTU daquele ano. Quando perguntado sobre doações de campanha e se o partido causava

“temor aos empresários”, ele respondeu que:

“O PSOL é a expressão do movimento social, autêntico, combativo, mas se você conversa com o empresário de Belém, pode ouvir ‘não sou PSOL, mas tenho respeito pelo Edmilson’. Agora se você me perguntar se vou aceitar todo tipo de apoio, eu digo que não. De multinacionais envolvidas com a destruição da Amazônia, não aceitaremos. De empresários bandidos, de forma alguma. Qualquer empresário que, dentro da lei, quiser fazer doações, está chamado a contribuir e será recebido de bom grado.”

Até hoje, nenhum balanço sobre o apoio a Edmilson em Belém, numa chapa conjunta com o PCdoB, foi feito pelo PSTU.

**Nosso programa para os trabalhadores do Brasil**

**Não temos preconceito contra usar o espaço eleitoral, que recebe atenção mesmo de setores mais apáticos dos trabalhadores, para defender os interesses da nossa classe e o socialismo.** Se pudéssemos, realizaríamos uma campanha, não com a intenção de ganhar as eleições para gerir o Estado burguês, e sim para denunciar os candidatos capitalistas; expor as intenções deles diante da classe trabalhadora e dos setores subalternos da sociedade; agitar e popularizar as lutas dos trabalhadores (especialmente contra as leis e “reformas” que retiram direitos; e o papel das forças armadas e do judiciário); e levantar o programa da luta de classes de forma acessível para a grande maioria da população.

**Porém, a luta de classes não se traduz nas eleições e tampouco se encerra nelas.** A luta de classes vai continuar depois de 7 e de 28 de outubro, numa situação difícil para o proletariado. A classe burguesa vem para cima da classe trabalhadora armada até os dentes, ameaçando recorrer ao bonapartismo judiciário, às polícias e Forças Armadas. Precisamos estar preparados e organizados para lutar. **É necessário construir urgentemente uma frente de lutas dos trabalhadores; que reúna os setores já organizados e mobilizados da nossa classe e se expanda para novos setores, pressionando os sindicatos contra a paralisia das burocracias da CUT, CTB, Força Sindical, buscando arrastar os trabalhadores pelo exemplo.** Essa frente de lutas poderia realizar mobilizações, panfletagens, greves, protestos, ocupações contra os ataques da classe dominante: as retiradas de direitos sociais, restrição aos direitos democráticos, a repressão, os salários rebaixados. Deve almejar organizar uma greve geral para vencer. Ao mesmo tempo, deve permitir plena liberdade de debate entre os grupos que a componham, sem sectarismo.

**Num período de reação, nosso programa não pode se limitar a voltar aos “velhos tempos” de suposta estabilidade e “democracia”.** Dentro e fora dessa frente, defenderemos um programa para a classe trabalhadora do Brasil, que inclui:

– **Redução da jornada de trabalho sem redução de salário,** para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e combater o desemprego. Integração de todos os

demitidos e desempregados ao trabalho por meio da qualificação técnica obrigatória gratuita oferecida pelas empresas, com salários dignos e direitos, integrando-os até acabar com o desemprego.

– **Reajustes automáticos dos salários de acordo com a subida dos preços** (para deter os efeitos da inflação) e também **por um salário mínimo que atenda às reais necessidades básicas da família trabalhadora**. O salário mínimo deveria dobrar de forma imediata para frear a desvalorização do trabalhador. Devem ser imediatamente proibidos os contratos intermitentes, temporários e abusivos.

– **Anulação a Lei da Terceirização, que precariza salários e gera instabilidade**. Integração dos trabalhadores terceirizados às empresas para as quais prestam serviços com plenos direitos. Contra o racismo e o machismo! Salário igual para trabalho igual.

– **Retirar de pauta a contrarreforma da Previdência e reverter os cortes nas áreas sociais**. Que as grandes fortunas, heranças, bancos, agronegócio e grandes empresas sejam taxados tanto quanto necessário para financiar previdência, moradia, saúde, transporte e educação. Fim das isenções milionárias, suspensão do pagamento da dívida pública e do perdão de dívidas de grandes empresas com o Estado brasileiro.

– **Cancelamento das dívidas dos trabalhadores com os bancos até determinado valor e refinanciamento dos valores acima em condições mais favoráveis**. Para isso, é necessária a estatização de todos os bancos, sob controle da classe trabalhadora.

– **Contra os leilões do petróleo e sucateamento da Petrobras**. Pela reestatização plena da Petrobras e a expropriação, sem indenização, das companhias petrolíferas estrangeiras, todas sob controle dos trabalhadores.

– **Abaixo a interferência das Igrejas nos direitos das mulheres!** Pela legalização do aborto, com garantia de procedimento seguro e gratuito pelo SUS. Expandir creches, criar restaurantes e lavanderias públicas para desafogar as mulheres do trabalho doméstico e da dupla jornada.

– **Abaixo as arbitrariedades do Judiciário:** que os juízes que abusarem contra o povo ou protegerem os criminosos da classe dominante sejam retirados do cargo imediatamente.

– **Chega de mordomias para a corrupta casta política e jurídica:** que todo parlamentar eleito, ministro, juiz, prefeito etc. receba apenas o salário médio de um trabalhador. Fim do “foro privilegiado”. Expropriação dos bens de todos os empresários e políticos corruptos para benefício e uso da população. Expropriação das empresas envolvidas em corrupção sob controle da população.

– **Direito à terra para quem nela vive e trabalha**. Expropriação das terras e imóveis dos grandes especuladores e proprietários para benefício da população que paga altos aluguéis ou mora em áreas de risco, dos pequenos produtores rurais que plantam e colhem quase tudo que vai para nossas mesas. Condições de financiamento para os pequenos proprietários que vivem do próprio tra-

balho, no campo e na cidade.

– **Contra a Lei Antiterrorismo, a Intervenção militar no Rio de Janeiro e a escalada de repressão aos direitos democráticos**. Pela dissolução da polícia militar e outras forças profissionais de repressão. Pelo direito de autodefesa dos trabalhadores e do povo, e pela retirada de todos os processos contra lutadores das causas populares.

– **Que todo apoio seja dado aos refugiados venezuelanos e de outros países!** Os trabalhadores não devem reconhecer as fronteiras da burguesia. Pelo direito dos venezuelanos (e quaisquer outros refugiados) ao emprego e a cidadania no Brasil!

Fica claro que esse programa, que resolveria os principais problemas da classe trabalhadora no atual momento, não pode ser realizado pelos políticos e pelo Estado da classe dominante. Porque exige enfrentar a propriedade privada das indústrias, terras e bancos, que para eles é um “princípio sagrado”, e que eles fariam de tudo para impedir, inclusive reprimir e assassinar os que lutassem por isso. Realizar esse programa exige a organização dos trabalhadores para lutar e para governar por meio das suas próprias ferramentas: construir um poder alternativo ao atual Estado. Mas seria importante falar isso durante as eleições, divulgar e explicar esse programa, e chamar os trabalhadores para as lutas em curso dos trabalhadores por direitos democráticos e sociais. Essa é a contribuição do **Reagrupamento Revolucionário** ao atual momento político-eleitoral.

## APÊNDICE

### “Frente eleitoral de esquerda” ou frente única de ação?

A frente que defendemos para os trabalhadores não é uma frente eleitoral ou com base em um programa estratégico definido, que hoje não existe na esquerda, e sim uma frente para organizar ações do proletariado e outros setores oprimidos: uma frente única de ações concretas na defesa dos interesses dos trabalhadores. Desta forma eficiente de unidade — na luta — temos feito propaganda ativa desde que se iniciou a presente onda de ataques, desde o governo Dilma, passando pelo golpe e agora pela intervenção federal no Rio de Janeiro.

Alguns na vanguarda propõem com frequência a construção de uma frente eleitoral de esquerda, inspirados na experiência da FIT (Frente de Esquerda e dos Trabalhadores) da Argentina. Essa proposta é comum, por exemplo, ao MRT (grupo que administra o site Esquerda Diário).

Imaginemos no cenário brasileiro uma frente composta pelas organizações da classe trabalhadora dentro do PSOL, pelo PSTU e pelo PCB. Qual posição defenderia o candidato de tal frente sobre o cenário político brasileiro? Defenderia o “Fora Todos” e “Prisão de todos os corruptos” do PSTU e que a saída de Dilma não foi nenhum golpe? Ou a posição do PSOL de que o impeachment foi um golpe e que é necessário um governo de esquerda (por dentro do Estado capitalista) para conter o avanço da direita? Ou ainda a posição do PCB pelo “Poder popular” (cujo



significado é bastante ambíguo)? Qual seria o programa de tal candidatura? Um programa “democrático e popular” de reformas no capitalismo? Ou um programa de demandas transitórias apontando para a necessidade de derrotar o Estado burguês? Ou ainda uma mistura entre eles? No contexto internacional, a situação ficaria ainda mais confusa. Se questionado sobre a Venezuela, provocação certa da direita brasileira, tal candidato teria a posição do PCB e da maioria do PSOL, de que o governo Maduro é representante de uma “revolução bolivariana” e um “governo popular”, ou a posição do PSTU por um “Fora Maduro”? Não é à toa que a FIT da Argentina se dividiu diante de inúmeros momentos decisivos da luta de classes em nosso país vizinho.

Há, evidentemente, posições comuns entre todos os partidos e grupos da classe trabalhadora, *contra* aos ataques do Estado burguês aos direitos democráticos, “reformas” que tiram direitos sociais dos trabalhadores, e à intervenção federal no Rio. Mas isso só mostra a necessidade de uma frente de tipo diferente, uma frente única de ações de massa *contra* tais medidas do Estado burguês. O que não há em comum na esquerda brasileira é um programa propositivo, e nem poderá haver, considerando o seu oportunismo dominante, a análise cega ou sectária de outros, e adaptação da maioria das correntes aos limites do Estado burguês.

Concretamente, nas frentes programáticas e eleitorais prevalecem sempre as posições do grupo mais à direita, que hoje são as do PSOL. Propor uma frente como essa, uma unidade programática com os centristas e reformistas, significaria deixar de lado, na prática, a crítica firme a esses setores. Poder-se-ia responder que propor uma frente como essas não impede ou proíbe de realizar críticas. Porém, nesse caso, isso seria restrito a círculos fechados, enquanto o objetivo principal seria apoiar e promover uma propaganda reformista ou centrista. Fazer parte de uma campanha política comprometida com um programa definido não permite uma diferenciação séria. Como explicou o revolucionário Leon Trotsky:

“Os acordos eleitorais e as negociações parlamentares concluídas entre o partido revolucionário e a socialdemocracia costumam servir, em regra, à socialdemocracia. Um acordo prático para ações de massa, para os objetivos da luta é sempre para proveito do partido revolucionário. (...) Nenhuma plataforma comum com a socialdemocracia ou os dirigentes dos sindicatos alemães, nenhuma publicação, nenhuma bandeira, nenhum cartaz em comum! Marchar separados, golpear juntos! Pôr-se de acordo unicamente sobre a maneira de golpear, sobre quem e quando golpear!”

“É precisamente no domínio da propaganda onde é inadmissível um bloco desse tipo. A propaganda deve apoiar-se sobre princípios claros, sobre um programa preciso. Marchar separados, golpear juntos. O bloco não deve ser criado para nada além de ações práticas de massas. As negociações pelo alto sem uma base de princípios não conduzem a nada, a não ser a confusão. A ideia de apresen-

Ato “Ele Não”, Rio de Janeiro



tar às eleições presidenciais um candidato da frente única operária é uma ideia fundamentalmente errada. O partido não tem direito de renunciar a mobilizar seus partidários e a contar suas forças nas eleições. Mas uma candidatura do partido que se oponha a todas as outras candidaturas não pode constituir, em nenhum caso, um obstáculo para um acordo com outras organizações pelos objetivos imediatos da luta”.

No caso do surgimento de um movimento amplo por uma candidatura da classe trabalhadora, participaríamos desse movimento sem sectarismo, mas sempre defendendo o programa marxista coerente como o melhor programa para a candidatura. Não nos absteríamos de participar desse movimento, e nem de apoiar *criticamente* uma candidatura dos trabalhadores caso prevaleçam reformistas ou centristas de forma independente da burguesia.

O que não devemos alimentar é a possibilidade de uma unidade programática, que é a ideia da “frente de esquerda eleitoral” nesses moldes. **Contrapomos à ideia de uma “frente de esquerda eleitoral”, a defesa de candidaturas proletárias revolucionárias nas eleições burguesas ou de apoio crítico no caso de candidatos reformistas e centristas, pois isso nos permite manter as mãos livres e defender abertamente o nosso programa, separando o motivo de apoio (o caráter proletário) das críticas que forem necessárias. Aí, precisamente, está a diferença!**



## A luta antifascista e as tarefas dos comunistas

Por Gabriel Diaz, junho de 2018



Protesto organizado pela Plataforma Antifascista Londrina, 2017

[Reproduzimos aqui uma versão revisada do texto distribuído pelo **Reagrupamento Revolucionário** em uma marcha antifascista que ocorreu em Londrina (PR), no dia 16 de junho. A marcha foi pequena, contando com algumas dúzias de pessoas, em parte porque foi organizada no mesmo horário em que o MST e outros movimentos sociais organizaram um feirão. Ainda assim, a marcha ocorreu no horário de almoço em um local movimentado, e as palavras de ordem contra o governo e as reformas de Temer foram recebidas com simpatia pelos trabalhadores que passavam.]

Em um esforço conjunto de várias Frentes Antifascistas locais, foram marcadas marchas antifascistas em ao menos nove cidades para o meio desse mês de junho. Vemos como positivas essas iniciativas, mas consideramos que há entre a esquerda uma falta de clareza generalizada quanto à natureza do fascismo e sobre como devemos lutar contra o mesmo. Defendemos resgatar as lições das lutas do movimento operário no século XX, que nessa questão em específico, foi cristalizada na análise sobre a natureza do fascismo feita por Leon Trotsky. Ele não só acompanhou e lutou contra o ascenso fascista no período entreguerras (anos 20 e 30), como desenvolveu a mais precisa e profunda das poucas análises materialistas quanto ao fascismo, polemizando contra a incapacidade das outras correntes comunistas da sua época de entenderem o fenômeno do fascismo, e portanto, de formular uma estratégia efetiva de luta antifascista, o que levou a derrotas na Itália, Polônia, Alemanha, Espanha, França, entre outros países.

A grande maioria da esquerda considera a denúncia da pré-candidatura do político populista e reacionário, Jair Bolsonaro, como sinônimo de luta antifascista. Mas

nem todo movimento reacionário pode cumprir o mesmo papel que os movimentos fascistas tiveram. Os movimentos fascistas surgiram em épocas específicas e utilizaram-se de meios específicos para cumprir papéis históricos específicos.

### A natureza e o papel histórico do fascismo

O fascismo surge na época de decadência do capitalismo, quando a crise econômica leva à putrefação da democracia burguesa, e a classe operária se levanta em busca de uma alternativa anticapitalista. Os atritos entre as diferentes classes e estratos sociais crescem conforme a relativa ‘abundância’ da época de estabilidade econômica torna-se cada vez mais uma memória distante. A burguesia se vê “obrigada” a impor medidas de austeridade para salvar suas taxas de lucro, normalmente sendo forçada a quebrar suas próprias leis e a liquidar o mito da democracia e da representatividade eleitoral. Como resultado, não só a qualidade de vida das massas em geral como a própria situação da economia piora diariamente.

Com o prolongamento dessas condições, as estruturas da democracia burguesa perdem sua capacidade de absorver as disputas políticas. Os trabalhadores e a pequena-burguesia se veem cada vez mais levados, pela necessidade, a lutar, muitas vezes em conjunto, contra a burguesia e seu Estado. A constituição vai se tornando cada vez mais um peso sobre os ombros da burguesia, e ela vai perdendo sua paciência com o estado de agitação das massas, cuja resistência às medidas de austeridade lhe causam prejuízos. É para “restaurar a ordem”, ou seja, esmagar a autonomia política das massas, que surge o movimento fascista. Isso significa, na prática, a destruição da democracia burguesa,



com o objetivo de destruir seus frutos mais úteis à classe operária, a liberdade de organização e expressão.

Os fascistas não apostam na maquinaria existente da democracia burguesa para fazer isso. Para terem a força necessária e para dividir as classes oprimidas, o fascismo busca mobilizar as massas pequeno-burguesas e setores conservadores do proletariado sob um programa que é ao mesmo tempo **radical**, **“anticapitalista”** e **anticomunista**, com o fim de alista-las em uma força militar treinada para reprimir todas as formas de independência política da classe operária, formando ainda dentro do capitalismo o núcleo armado do futuro regime fascista. O método do fascismo parte do gangsterismo e evolui para a guerra civil. Isso não exclui uma transição “pacífica” ao regime fascista, mas se não houve resistência é porque as organizações operárias se renderam sem luta, como foi o caso na Itália e na Alemanha.

Em suma: os fascistas buscam usar os anseios das massas (principalmente os setores politicamente atrasados) por mudança e o sentimento generalizado de que as coisas não podem continuar como estão contra o proletariado e a decadente democracia burguesa. Contra o proletariado, porque é a única classe capaz de fornecer uma alternativa revolucionária, uma liderança a todos os estratos oprimidos em uma luta emancipatória contra a burguesia; contra o velho Estado democrático decadente tanto por necessidade (sem isso, os fascistas não poderiam ganhar o apoio das massas) quanto porque é a democracia burguesa que permite a existência das organizações independentes do proletariado.

As outras características comumente associadas ao fascismo são todas dispensáveis. Um exemplo é o fascismo original, italiano. O partido fascista surgiu como o representante da pequena-burguesia e proletariado nacionalistas, tendo rachado do partido socialista sobre a questão do apoio à Itália durante a primeira guerra. Nasceu um partido republicano, laico e tolerante dos judeus, com o seu líder Mussolini defendendo um bloco eleitoral com os socialistas. A partir do fim do Bienio Rosso (época de greves e ascenso socialista) eles se constituíram como os representantes da pequena-burguesia revoltada e desapontada tanto com a burguesia quanto com o proletariado, que não conseguira tomar o poder. Apenas a chegada ao poder e subsequente aliança direta com a burguesia, o Papa, e por fim, Hitler, os levou a renegar, uma por uma, todas essas posições, que sempre foram vistas mais como simples meios de ganhar o apoio das massas do que como fundamentos ideológicos.

### **Bolsonaro: liderança fascista ou um populista de discurso reacionário?**

Concordamos que a pré-candidatura de Bolsonaro tem um elemento de perigo fascista. Mas não é o próprio Bolsonaro, mas sim os grupos fascistas que, antes isolados, agora encontraram à sombra da sua imagem um polo de encorajamento, recrutamento e reagrupamento. Usan-

do-se do seu nome está se formando a semente de um movimento realmente fascista no Brasil, e nisso a atuação das frentes antifascistas tem sido um exemplo que deve ser seguido pela esquerda.

Mas o Bolsonaro em si não tem nada de fascista. Se o seu discurso é sem dúvidas radical e reacionário e se ele faz sucesso com a pequena-burguesia e os trabalhadores mais conservadores, ele não passa de um pavão parlamentar. O partido em que ele se encontra hoje (PSL), não é nem um movimento reacionário organizado sob um programa definido, como é o caso dos partidos reacionários europeus Front Nationale (França), Alternativ für Deutschland (Alemanha) e FPÖ (Áustria), e muito menos um núcleo de falanges militarizadas. É um partido burguês pautado em um cretinismo parlamentar tão podre que eles trocaram todo seu discurso social-liberal anterior para terem a honra duvidosa de lançarem Bolsonaro candidato à presidência.

Sem ter nenhuma força social organizada, se eleito, seu “projeto eleitoral” (que também é basicamente inexistente) teria o mesmo fim que o de Trump. Ele teria que seguir a lógica da democracia burguesa e os ditames da burguesia, sendo permitido apenas as extravagâncias que ele naturalmente exigiria. Por isso mesmo a ala majoritária da burguesia põe muito mais fê nas candidaturas de Alckmin, Marina, Ciro, e outros políticos burgueses que já são “de casa”.

Outros argumentam que a vitória eleitoral de Bolsonaro facilitaria a volta do Regime Militar. Apesar do papel crescente que o exército vem tomando na política nacional, resultado da falta de legitimidade de Temer, ao menos por hora a burguesia e a liderança do Exército não estão prontos para apostar em uma Intervenção Militar. Preferem apostar que as eleições resultem em um governo com mais legitimidade. Se no próximo período a burguesia vai vir a apostar em uma Intervenção Militar ou não, isso depende não do que o Bolsonaro regurgitar, mas sim do desenvolvimento da crise política. E caso isso ocorra, e Bolsonaro esteja no poder, ele se colocaria imediatamente contra. As razões disso são bem simples. Ele é um político profissional, a única habilidade dele é a de se fazer ser votado, com o objetivo de engordar com a seiva da maquinaria do Estado. Ele sabe que não teria papel nenhum a cumprir em um novo regime militar, e que seria jogado na sarjeta.

### **As esquerdas oportunistas frente a Bolsonaro e ao fascismo**

Igualar a pré-candidatura reacionária do Bolsonaro ao fascismo implica dizer que a vitória do Bolsonaro seria a instauração de um regime fascista. Isso é extremamente útil para a “ala esquerda” do “partido da ordem” (PT, PCdoB, Ciro Gomes/PDT) e aqueles que querem ocupar seu lugar (Boulos/PSOL, que não propõem a superação do capitalismo, mas sua “melhoria”), porque permite-os usar o espectro do regime militar para inflar os votos às suas



**Batalha da Praça da Sé, 7 de outubro de 1934: vitorioso contra-comício organizado pela Frente Única Antifascista**

candidaturas burguesas e limitar a oposição ao fascismo por caminhos institucionais. Para a esquerda dita “revolucionária” (que, apesar do discurso radical, tem uma prática reformista ou centrista: correntes da esquerda do PSOL, PCB, PCO, etc.), esse discurso justifica suas capitulações políticas às candidaturas burguesas “de esquerda”, e sua perspectiva estratégica essencialmente radical-democrática. Ainda ontem, numa das conjunturas mais agudas, esses supostos revolucionários estavam priorizando todo tipo de palavra de ordem democrática (adiantamento das eleições e/ou uma assembleia constituinte) sobre as palavras de ordem condizentes com as necessidades da luta de classes (greve geral por tempo indeterminado, frente nacional de lutas).

Caso o Bolsonaro fosse mesmo fascista, isso significaria a mais alta traição por parte dessas esquerdas, já que a estratégia de defender a democracia burguesa contra o fascismo por meios burgueses e por dentro da institucionalidade seria entendida (corretamente) pelas massas como um exemplo da hipocrisia das lideranças desses partidos, que, traindo a defesa de seus próprios ideais e dos interesses dos trabalhadores, estariam se prostrando frente aos (cada vez mais odiados) democratas burgueses e as instituições da democracia burguesa. O resultado dessa estratégia: justificar aos olhos das massas a propaganda e prática fascista, que apareceria como a única alternativa autêntica ao estado atual das coisas.

A formação e crescimento das frentes antifascistas é, em grande parte, uma reação justamente a esse oportunismo e institucionalização da maioria da esquerda. Mas se a atuação dessas frentes tende a ser taticamente radical, e render alguns sucessos, elas não remediaram o problema principal da esquerda reformista/centrista: a falta de uma perspectiva estratégica que construa uma alternativa revolucionária ao ascenso fascista. Por conta disso, as frentes antifascistas, a fim de continuarem existindo, acabam se reduzindo a uma atuação propagandística de combate ao conservadorismo, ignorando que a melhor forma dos comunistas combaterem a influência das ideologias burgue-

sas (o que inclui o conservadorismo) é mobilizando a classe operária e conscientizando-a através da luta pelos seus interesses materiais e históricos. Dessa forma, as Frentes Antifascistas, se não colocam na linha de frente o combate ao sistema capitalista, acabam se restringindo à perspectiva da “democracia” burguesa em decadência.

### **O único caminho: opor ao ascenso conservador e ao fascismo a revolução socialista**

Se hoje o fascismo não é um perigo imediato, enquanto a crise econômica continuar e a situação material das massas piorar, a democracia burguesa vai se tornando cada vez mais incapaz de conter o atrito entre as classes, perdendo legitimidade e tendo que apelar cada vez mais para métodos autoritários. Isso já é visto hoje, tanto através do golpe e crescente influência do exército e judiciário, organismos burgueses sem controle popular, quanto através de um ascenso e massificação de ideias conservadoras e do aumento de popularidade de propostas que se chocam com o regime atual pela direita, como a de “intervenção militar” – o que, se não é a mesma coisa que fascismo, sem dúvidas é perigoso para a classe trabalhadora e também cria terreno fértil para o crescimento de grupos realmente fascistas. Em um ponto, essa tensão crescente vai significar a queda da democracia, seja por um lado, seja por outro. Nessas condições, a única maneira de derrotar um possível ascenso fascista será opondo à ele a revolução socialista, não só em palavras, mas na prática. Para tal, será fundamental organizarmos a vanguarda da classe trabalhadora sob a bandeira do comunismo revolucionário.

É necessário saber combinar a luta dos trabalhadores contra a burguesia com a luta ideológica contra a influência da consciência burguesa dentro do proletariado. Um passo nessa direção é defender o resgate da tradição das frentes únicas operárias, espaços democráticos onde os diversos programas da esquerda socialista se confrontem em questões práticas, através da organização de atividades de luta conjunta. Trata-se de um instrumento muito superior às estéreis “Frentes de Esquerda”, que conseguem ser inúteis tanto para o esclarecimento político, porque os participantes dessas frentes tentam torna-la num grupo de propaganda baseado num “programa comum” rebaixado, quanto conseqüentemente para ações práticas, já que as “Frentes de Esquerda” não focam nos esforços conjuntos de mobilização.

Não nos esqueçamos do exemplo deixado pela Frente Única Antifascista organizada em 1933-34 por iniciativa da Liga Comunista trotskista, em bloco com sindicalistas e apoiada por anarquistas e a regional paulista do PCB (contra a vontade da direção nacional e do Comintern, que ainda considerava todos os outros grupos “social-fascistas”), que conseguiu na Batalha da Praça da Sé derrotar os integralistas, a maior organização fascista brasileira, desmoralizando-os a ponto deles nunca se recuperarem. Em cidades onde o fascismo tornar-se um perigo reconhecido pela classe trabalhadora, como por ataques à



sindicatos, imigrantes, partidos operários, LGBTs, outras minorias ou organizações de oprimidos, defendemos a exigência da construção (ou extensão) de frentes únicas antifascistas contando com os sindicatos, exigindo dos mesmos a organização de grupos voluntários de autodefesas operárias para coibir as ações dos fascistas.

Também defendemos a construção de uma frente nacional de lutas para barrar e reverter os ataques aos direitos e condições de vida da classe trabalhadora, que tome a forma de uma frente única proletária, algo que o Reagrupamento Revolucionário vem defendendo desde o começo da crise política brasileira. Se construída, tal frente permitiria não apenas uma unificação das lutas, sendo um polo organizador da classe operária em geral, também permitiria testar na prática os diversos programas da esquerda socialista e expor a covardia da burocracia sindical. Mas, acima de tudo, seria fundamental a partir de uma perspectiva estratégica, pois, como uma organização independente da classe operária, poderia representar os interesses das classes e estratos oprimidos pelo capitalismo.

Quando a crise chegar ao seu ponto mais alto, se a burguesia escolher apostar no fascismo como forma de esmagar a classe operária, será fundamental conseguirmos o apoio dos trabalhadores reformistas para impor sobre a burocracia reformista a unidade da classe operária em uma autêntica luta antifascista. A força da classe trabalhadora unida asseguraria a derrota das falanges fascistas, e o resultante ascenso operário levaria à criação de uma aliança em defesa da propriedade privada de todo o espectro político burguês, dos democratas aos fascistas (o que incluiria também boa parte das lideranças da esquerda reformista). A frente nacional de lutas, liderada pelos socialistas revolucionários, tomaria cada vez mais a forma de duplo poder. Isso colocaria de forma clara a divisão da sociedade nas duas classes fundamentais (proletariado e burguesia), permitindo cortar os laços dos trabalhadores reformistas e da

pequena-burguesia radicalizada com suas lideranças, formando uma aliança revolucionária da classe operária com os setores mais desafortunados da pequena-burguesia. A classe operária começaria a luta revolucionária em seus termos.

Consideramos que a principal razão da derrota do movimento operário no século XX foi a ausência de uma liderança marxista capaz de guiar a classe operária na luta pelas suas tarefas históricas. As condições objetivas permitiam naquela época, como permitem agora, a vitória de uma revolução socialista, desde que o movimento operário consiga empregar suas energias e forças da forma correta nas tarefas corretas. A esquerda socialista existente demonstra diariamente ser incapaz de cumprir esse papel. Assim, a tarefa essencial para a vitória da revolução socialista é a construção dessa liderança, que seja capaz de conseguir distinguir com clareza o que precisa ser feito em cada estágio da luta, e liderar a classe operária nos períodos revolucionários que virão.

A reconstrução de um partido operário marxista brasileiro como parte de uma internacional marxista que cumpra tal papel não pode ser levada a cabo senão de maneira deliberada e consciente. O Reagrupamento Revolucionário busca, sabendo não ser esse partido, conduzir sua luta ao longo dessa linha, se organizando como grupo de propaganda de combate. Ao liderar pelo exemplo o combate à todas as formas que a ideologia burguesa toma entre a esquerda oportunista, buscando formular um programa revolucionário claro e preciso a partir do resgate das lições do século XX, aplicando o método marxista a cada passo que tomamos, em nossas análises, em nossa prática, buscamos unificar os elementos mais dinâmicos da vanguarda da classe operária para formar uma organização de quadros livre da influência da ideologia burguesa, dedicados à revolução proletária, e armados com o conhecimento teórico e experiência prática coletivos necessários para cumprir seu papel histórico.



**Greve nacional de abril de 2017: o caminho para barrar os ataques patronais e o avanço da extrema-direita é mobilizar a classe trabalhadora**

# Observações preliminares da greve dos caminhoneiros

Por Rafael Ferreira, maio de 2017



Estamos diante de um movimento por parte dos caminhoneiros que tem gerado grandes debates e muita confusão acerca do assunto, além, é claro, de consequências como a possibilidade de desabastecimento de cidades por causa do bloqueio das estradas e a interrupção dos transportes. Diante da complexidade do assunto e dos discursos confusos e contraditórios que muito aparecem na internet, tentarei fazer uma reflexão com a qual espero contribuir para começarmos a entender o que está acontecendo.

## Análise

Antes de tomar qualquer posição acerca do movimento, vamos analisar algumas informações mais imediatas. A primeira delas é que o preço do combustível está muito alto, esse aumento influencia diretamente na vida do consumidor final, que tem que pagar mais para utilizar seu veículo, mas é especialmente ruim para quem trabalha com transportes, já que esse tipo de gasto é uma constante na própria realização da atividade produtiva. Podemos tirar aqui um dado relevante: o alto preço dos combustíveis é prejudicial aos caminhoneiros, que reduzem seus ganhos. Daí uma motivação para que eles façam a greve.

Outra coisa para levarmos em consideração é que diante do fato de o Brasil depender da malha rodoviária para a mobilidade de várias mercadorias no país, o encarecimento do combustível pode levar empresas e motoristas a aumentarem o preço pelo qual realizam esse transporte. Tal elevação pode acarretar no aumento do preço das próprias mercadorias, uma vez que o fabricante ou revendedor possam compensar com isso o maior gasto que terão com o transporte, de forma que preservem sua taxa de lucro. Por-

tanto podemos notar que o problema atinge mais do que só os caminhoneiros ou as pessoas que terão de andar menos com seus carros. A consequência de um combustível muito alto pode atingir a todos os setores da população, pode até mesmo ser causa de uma inflação.

Diante do exposto até então, vemos que as condições materiais, objetivas, que levam os caminhoneiros e várias outras pessoas a se mobilizarem têm um impacto na realidade de todos. Contudo, essa análise é ainda bastante superficial e incompleta para justificar um posicionamento sobre o movimento. Antes, é importante reconhecer quais setores da sociedade estão participando e quais seus objetivos e interesses.

O primeiro setor que podemos observar são os caminhoneiros autônomos, donos de seus próprios veículos. Eles sofrem uma redução em seus ganhos diante do aumento do combustível, e seus objetivos são a redução do preço. Outro setor são as empresas de transportes. Essas têm seu lucro diminuído com os maiores gastos provocados pela situação. Como nem sempre podem mudar contratos vigentes para aumentarem os preços de seus serviços, resta a elas lutarem pela mesma causa que os anteriores. Também temos os caminhoneiros empregados dessas empresas, esses são afetados mais “indiretamente” pela situação uma vez que as empresas podem cortar custos através deles (redução de salários ou benefícios) para preservarem a taxa de lucro. Por fim, temos a adesão variada de consumidores diretos dos combustíveis, pequenos prestadores de serviços como taxistas ou mesmo pessoas comuns possuidoras de veículos próprios.

Embora todos tenham uma demanda em comum, a forma como ela pode ser resolvida resulta em consequên-



cias diferentes para cada um deles. Uma das formas de se reduzir o preço do combustível é através da diminuição ou isenção de impostos sobre essa mercadoria. Isso seria suficiente para as empresas, mas trariam efeitos negativos para os demais setores, especialmente aqueles que forem mais pobres e necessitem de serviços públicos. A redução de impostos acarretaria em uma diminuição na arrecadação do Estado que por sua vez poderia compensar isso com o corte de gastos em outros setores, por exemplo, em saúde, educação ou direitos sociais. Seria muita ingenuidade esperar que o Estado fosse simplesmente levar o prejuízo, e maior ainda seria a ingenuidade de pensar que ele cortaria gastos em benefícios para políticos ou para a burguesia, que é a classe dominante em nossa sociedade. Os exemplos práticos da conjuntura demonstram que os cortes acontecem em áreas sociais e nos direitos dos trabalhadores, não há taxaço de grandes fortunas, mas existe um projeto de reforma da previdência que reduz o acesso dos trabalhadores a aposentadoria, fora os diversos ataques promovidos pela reforma trabalhista que deixam claro o caráter de classe do Estado brasileiro, e dão uma boa dica de onde eles fariam cortes.

Dessa forma, a redução dos preços através da diminuição ou isenção de impostos, em longo prazo, só beneficiariam as empresas, ou seja, os setores burgueses da mobilização, pois têm os interesses mais fáceis de serem atendidos e, após sua saída do movimento, o restante poderia ser mais facilmente desmobilizado ou reprimido, podendo até mesmo os setores burgueses (as empresas transportadoras) transformar-se em agentes dessas ações, caso venha a ser necessário.

Os setores de trabalhadores autônomos e empregados, embora se beneficiem com a baixa do combustível, sofreriam com a perda de serviços e direitos, ou seja, pagariam o pato de qualquer forma. Logo, seria mais interessante para tais setores que a diminuição do preço do combustível fosse garantida de outra maneira. Seria possível atender a essa demanda através de uma política pública de controle de preço na própria Petrobras, que impedisse aumentos tão bruscos e constantes, e que fosse financiada através de uma taxaço progressiva sobre grandes fortunas e heranças, medidas que não contribuiriam para o aumento da desigualdade social, nem na piora da situação de acesso a direitos e necessidades básicas das pessoas. Evidentemente tal solução se chocaria com o setor empresarial do movimento, pois tais medidas diminuiriam sua taxa de lucro, por isso essa solução não seria aceita por tal setor, que se preocupa com seus próprios ganhos ainda que à custa do bem-estar dos demais. Esse é mais um caso em que se manifesta o conflito de interesses de grupos antagônicos na sociedade, o que chamamos de luta de classes.

Um último fator importante a ser levado em consideração nessa análise é a mudança da política de preços da Petrobras que desde outubro de 2016 vincula o preço do combustível ao mercado internacional de petróleo. Tal política deixa os preços no Brasil a mercê da variação do preço internacional do barril de petróleo e impede que o

governo tome medidas para segurar um aumento que acarreta em todas essas consequências que estamos presenciando. Tudo isso é bastante vantajoso para os acionistas que ganham com a venda de um combustível mais caro, mas afeta negativamente o consumidor brasileiro, além de fazer com que a Petrobras, ao oferecer uma mercadoria mais cara, corra o risco de perder parte de seu mercado para a importação de combustíveis. Essa política de preços “flutuantes”, além disso, ainda faz parte dos planos de privatizar ainda mais a empresa, pois é uma das exigências para abertura de capitais em bolsas dos EUA, algo almejado pela atual gestão de Pedro Parente.

O governo poderia muito bem subsidiar um preço mais baixo do combustível em um país que conta com grandes reservas de petróleo como o pré-sal, através da taxaço de grandes fortunas, mas para isso seria necessário que a Petrobras volte a ter seu caráter de empresa estatal, focada principalmente na promoção do desenvolvimento nacional, caráter que ela tem perdido com a venda de ações e sua transformação em empresa de capital misto. A lógica do lucro acima de tudo é justamente o que se encontra por trás do aumento dos preços promovidos pela Petrobras, pelas medidas do governo que atendeu as demandas dos proprietários de ações da empresa. Dessa forma a demanda pela privatização da empresa, como alguns setores pedem, longe de resolver o problema, seria um agravamento na medida em que deixaria um mercado praticamente monopolizado nas mãos de agentes privados sem qualquer possibilidade de controle governamental (controle que estaria sendo realizado caso o governo não tivesse atrelado aos interesses privados).

## Caracterização

Observada as informações expostas, passemos agora a uma caracterização do movimento, com fins de perceber qual ou quais setores estão dirigindo e o que pode acontecer caso a situação permaneça como está.

Os diversos setores já citados que compõem o movimento são unificados pela pauta de redução dos preços dos combustíveis. Pelo que podemos ver das ações e notícias não existe um reconhecimento das diferenças de interesses mais gerais entre os setores. A opinião geral apresentada não leva em consideração a política de preços da Petrobras, está limitada a uma repulsa aos altos impostos cobrados na mercadoria em questão e acredita que seja essa uma das principais causas para que o preço seja tão alto, aliada com um déficit causado pela corrupção que a empresa está tentando compensar agora.

Portanto, podemos concluir que a direção ideológica do movimento grevista está com o setor empresarial, que tem definido sua pauta. Como pauta do movimento geral, sua direção é apoiada no senso comum e seu repúdio à corrupção e impostos. Esses realmente são problemas sérios, mas sem entrar em maiores detalhes nessas questões, elas são utilizadas como instrumentos para encobrir as divergências de interesses mais profundas entre os setores,

limitando a mobilização à possibilidade de atender aos interesses empresariais.

Também existem setores muito reacionários que pedem intervenção militar. Tais posições são o reflexo da conjuntura política que vivemos e que não poderiam deixar de manifestarem-se também entre os caminhoneiros. Apesar de se destacarem de longe pelas faixas nos caminhões, não parece por enquanto preciso afirmar que representam o posicionamento da maioria dos manifestantes, mas sua influência pode crescer dependendo de futuros desdobramentos.

O caráter burguês da direção até o momento, e a presença forte de empresas faz com que alguns jornais (representantes ideológicos da burguesia), que geralmente medem protestos em quilômetros de engarrafamento, os criminalizam e não dão espaço para os manifestantes exporem suas pautas, tomem uma postura crítica ao governo e de apoio ao movimento demonstrando suas reivindicações. Por outro lado, o travamento das rodovias gera prejuízos a outras grandes empresas, que embora não tenham grandes divergências quanto às pautas da greve, querem o seu fim o mais rápido possível para não sofrerem maiores perdas. Assim é criada uma pressão no governo para que negocie logo uma solução, ao mesmo tempo em que começa a fazer pressão para que os grevistas aceitem as propostas do governo e acabem com o movimento. É nesse contexto em que grandes jornais também começam a publicar notícias de caráter crítico ao movimento dos caminhoneiros, enfatizando os prejuízos e problemas que ele causa e pressionando por uma solução rápida.

Podemos concluir que a burguesia encontra-se dividida, parte tem interesses diretos nas pautas das greves (nos limites já citados anteriormente) e outra quer o fim da mobilização sendo mais ou menos indiferentes ao seu resultado, ainda que possa preferir pela vitória do movimento. Contudo, se a paralisação continuar por mais tempo, é provável que o setor burguês que está fora das manifestações tome atitudes mais duras, inclusive apelar para a repressão, o que talvez abrisse uma disputa entre frações da classe dominante (o que está colocado com o decreto de Garantia da Lei e da Ordem e o discurso duro de Temer feito no dia 25, ameaçando o uso do aparato repressivo). O setor empresarial da manifestação, por sua vez, tende a abandonar o movimento tão logo tenha suas pautas atendidas e uma vez que isso ocorra, sua postura será de voltar ao serviço, pois a paralisação passará a ser apenas prejuízo para si. Assim, a tendência é que, conseguindo as reduções de impostos que almeja, esse setor se some ao restante da burguesia pelo fim do movimento, caso ele continue ocorrendo por vontade dos funcionários e autônomos.

Portanto, a manutenção da situação tal como está, um movimento que é ao mesmo tempo greve e locaute empresarial com uma direção burguesa, tende a uma resolução que atenda aos interesses empresariais e deixe na mão os interesses dos trabalhadores que pagarão pelas reduções através de ataques em seus direitos a serem promovidos pelo Estado. O governo inclusive já iniciou negociações

que caminharam nesse sentido de garantir uma queda dos preços através da redução de impostos e com subsídio estatal, um gasto que provavelmente será levado em conta para justificar futuros cortes em áreas sociais. Embora a maioria dos representantes tenha concordado em levar as propostas do governo para os manifestantes, não é certeza de que esse seja um indício do fim do movimento, pois ainda carece de aprovação dos grevistas e as propostas são parciais, transitórias, válidas apenas por um período (de quinze dias a um mês). Contudo, o atual desenrolar da situação, a aceitação da proposta pelos manifestantes, indicaria que a resolução provavelmente será benéfica ao setor empresarial.

## Política

Depois de toda essa discussão finalmente é possível tomar uma posição, tirar uma proposta de atuação. Dado o caráter heterogêneo daqueles que participam da manifestação, incluindo funcionários, autônomos e simpatizantes, para além das empresas, e que a motivação imediata material que levam tais setores à mobilização não é de interesse restrito do setor burguês, é importante que aqueles que se reconheçam como socialistas intervenham no movimento. Porém, essa intervenção não pode se constituir em uma simples adesão a ele e suas pautas, caso em que esses socialistas estariam se colocando a reboque de um movimento dirigido politicamente (até o momento) pela burguesia, apenas engrossando suas fileiras. É necessária então que a intervenção se dê através da tentativa de diálogo com os setores de trabalhadores que compõem a greve com fins de elucidar o caráter de classe que está por trás dos interesses manifestados no movimento, que demonstre seus limites e os problemas decorrentes.

Por fim, o principal objetivo seria ganhar esses setores para a adoção de uma política que rompa com os interesses patronais e avance para soluções vantajosas para a classe trabalhadora, o que pode ser expresso na reivindicação de taxaço de grandes fortunas para subsidiar a redução dos preços do combustível, a volta do caráter estatal da Petrobras, com controle dos trabalhadores petroleiros e da população; melhorias de salários e condições para os caminhoneiros assalariados pelas empresas; e a solidariedade com demais movimentos grevistas de trabalhadores que possam surgir nesse período. Em outras palavras, a atuação dos socialistas não deve ser para o movimento em si, mas para os trabalhadores que estão nele, visando os trabalhadores para que estes tomem da burguesia o movimento, condição sem a qual dificilmente haverá vitórias contundentes. E caso os socialistas sejam um grupo muito pequeno e incipiente, o objetivo mínimo é tentar despertar a consciência de classe entre membros dos setores de trabalhadores no movimento.

## Considerações Finais

Como o título indica, trata-se de observações pre-



liminares escritas ainda em um primeiro desenvolvimento dos acontecimentos, sem muito tempo para a reflexão e limitado às informações disponíveis até o momento. Novas informações e reflexões são bem-vindas para o melhor entendimento da situação, correções e para a devida adequação da proposta política a realidade.

**ATUALIZAÇÃO:** O acordo apresentado pelo governo foi limitado, parcial e por isso a greve continua. Contudo, a grande burguesia, não disposta a tolerar maiores prejuízos, não quer esperar uma segunda rodada de negociações, e assim os editoriais de grandes jornais já estão atacando o movimento e demandando soluções de força, com o Estado se mobilizando para promover a repressão da greve, seja com o uso do aparato repressivo nos bloqueios de estrada, seja com multas pesadas e pedidos de prisão contra os empresários do setor de transporte. Está escancarada uma disputa entre frações da burguesia. Como as pautas não foram atendidas e as empresas do setor estão sob ataque

por conta reconhecimento de locaute, é provável que elas se mantenham à frente do movimento, bloqueando seu potencial mais progressista. De qualquer forma o caráter heterogêneo da manifestação fica cada vez mais evidente, inclusive com alguns setores de caminhoneiros autônomos criticando grupos que negociaram com o governo. Mas no geral as pautas continuam limitadas aos interesses do setor empresarial. Está colocado para a esquerda socialista o desafio de disputar os setores de caminhoneiros autônomos e assalariados para romperem com os patrões e exigirem mais do que a mera redução do diesel.

**LEIA TAMBÉM:** *Unidade com os caminhoneiros, em defesa dos interesses dos trabalhadores e estudantes* – panfleto utilizado em manifestações de solidariedade em Londrina (PR) e Ribeirão Preto (SP): <https://rr4i.milharal.org/2018/05/26/observacoes-preliminares-da-greve-dos-caminhoneiros/>



## Pela mobilização da classe trabalhadora em defesa da legalização do aborto seguro e gratuito

*Junho de 2018, panfleto distribuído em manifestações pela legalização do aborto*



A grande chance de legalização do aborto na Argentina abre possibilidades para todas as mulheres da América Latina. A liberdade de decidir sobre os nossos corpos é um direito democrático básico a ser defendido contra o obscurantismo religioso de igrejas, partidos e políticos da classe dominante e seus apoiadores reacionários. Por isso, nós do **Reagrupamento Revolucionário** nos somamos à luta pela vida das mulheres, pela descriminalização e legalização do aborto no Brasil.

Encaramos que a **classe trabalhadora** tem interesse no avanço de todos os direitos democráticos populares. Por isso mulheres e homens da nossa classe devem combater as manifestações do machismo nas leis e instituições, o que inclui a atual legislação sobre aborto.

Mas como parte desse movimento, defendemos usar os métodos poderosos de luta do proletariado e levantamos um **programa classista e revolucionário**. É por isso que consideramos importante fazer algumas ponderações sobre o rumo desse movimento.

Defendemos exigir dos sindicatos a organização de **greves** e também **envio de contingentes** que se somem às jornadas de mobilização nas ruas. As organizações da classe trabalhadora não devem se abster diante da questão do aborto. A abstenção que ocorre hoje é fruto do comodismo das burocracias que se encontram à frente da maioria dos sindicatos, que não pensam que trabalhadores devem se envolver em política para além do voto (no sindicato e nas eleições burguesas). Além disso, as organizações da classe

trabalhadora também têm condições, se houver disposição, de ajudar a combater a violência contra as mulheres. Por exemplo, apoiando **autodefesas** em locais onde são recorrentes assédios agressivos e mesmo casos de estupro e feminicídio.

A legalização do aborto é uma demanda crucial para que as mulheres retomem a posse de seu próprio corpo, porém, não podemos parar por aí. A luta pela emancipação da mulher e a derrubada do machismo está intrinsecamente condicionada à libertação da mulher da escravidão do **serviço doméstico**, do qual o capitalismo se beneficia diretamente, por ser um trabalho não remunerado essencial à reprodução da força de trabalho. Por isso é preciso por em pauta a **socialização dos serviços domésticos**, que nenhuma mulher trabalhe por nem 1 hora a mais no lar sem ser remunerada.

Nesse sentido, defendemos um conjunto de serviços públicos que devem ser constantemente ampliados para atender a todas as mulheres trabalhadoras e seus filhos, tais quais **creches, restaurantes e lavanderias públicas**. A luta contra a cultura machista e a divisão dos trabalhos domésticos e no cuidado dos filhos deve continuar, mas não irá se resolver apenas dessa forma. Somos, portanto, contra todo o desinvestimento que vem sendo feito nos serviços públicos pelo governo golpista de Temer.

Também é fundamental realizar **protestos e piquetes** em frente às empresas onde há denúncias de assédio e diferenciação salarial entre homens e mulheres no mesmo cargo. Defendemos equiparação salarial pelo alto entre homens e mulheres – **salário igual para trabalho igual**.

Acreditamos que a luta pelo aborto legal, seguro e gratuito no Brasil pode ser um trampolim para lutas maiores, que ataquem outros aspectos do machismo e sua ligação estreita com o capitalismo. Para isso, reforçamos: é fundamental que a luta esteja ligada à classe trabalhadora e às suas organizações, podendo inclusive fortalecer a necessária resistência contra as “reformas” de Temer, que vem atacando nossos direitos e nosso futuro.

Por fim, é importante apontar que acreditamos que o machismo somente será **erradicado completamente** em uma sociedade **governada pelos trabalhadores**, que se proponha ativamente a pôr fim a toda diferenciação material e cultural entre homens e mulheres em todas as esferas da vida. Por isso, não se pode ter nenhuma confiança em políticos da classe dominante (homens ou mulheres) que sustentam essa “ordem” que é opressora e degradante para as mulheres (especialmente para as da classe trabalhadora). **Apenas uma revolução socialista pode garantir de fato a emancipação das mulheres!**



**Continuação da p. 26** tutor de um jovem. Ambos se relacionavam amorosamente, o erastes (amante) era responsável por educar o jovem para a vida civil, já o eromeno (amado) detinha um papel submisso, este era penetrado pelo seu superior, que necessariamente precisava ser um homem livre. Esta relação continuava até que o eromeno se tornasse um cidadão pleno na polis. A partir daí podia assumir o outro papel, até que viesse a constituir uma família. A prática homossexual fora deste relacionamento não era bem vista, especialmente se envolvesse um escravo, ou um homem adulto assumisse o papel passivo, relacionado à posição da mulher, alguém “inferior”. Em Esparta, na colônia de Tebas, uma tropa formada por 150 casais de soldados que conviviam em relações homossexuais ficou conhecida por ter um dos exércitos mais poderosos da antiguidade (segundo historiadores, o apreço em defender a vida do companheiro e demonstrar virilidade em batalha são as explicações para tamanha devoção em guerra). Muito antes, em Papua-Nova Guiné, nas ilhas Fuji e Salomão, o ato sexual entre homens era um importante rito de passagem.

Já em Roma, a influência grega da educação por meio da sodomia entre homens é substituída por uma representação de poder, nela o amo penetra seu escravo jovem, demonstrando seu papel de domínio naquela sociedade. Com abertura maior a variantes sexuais, os romanos gozam de certa liberdade em seus relacionamentos, sendo Nero o primeiro imperador a se casar com outro homem.

Na China, mulheres que se relacionavam mantendo os aspectos da cultura dos casais heterossexuais eram

conhecidas como dui shi. Em Lesbos, ilha grega que deu origem à palavra lésbica, a poetisa Safo ficou conhecida por descrever seu amor platônico a outras mulheres. A arte homoerótica é encontrada em abundância numa série de civilizações.

Apesar de todos esses séculos de relativa tolerância por parte de diferentes sociedades, como advento do cristianismo o imperador Justiniano (527-65) passa a condenar a homossexualidade à morte. Para a Igreja católica, a sodomia, como se referiam ao ato sexual sem fim reprodutivo, é ‘o maior dos pecados’. Para o novo imperador de Roma, deveria ser castigada por conta dos pecados de seus líderes e cidadãos.

A mesma mentalidade persistiu e se alastrou durante a Idade Média. As Cruzadas promovidas pela igreja não pouparam os homossexuais, assassinados covardemente em nome de seu deus. Com o domínio e colonização sobre outros povos, a homofobia da igreja católica perseguiu homens e mulheres que conviviam com relativa liberdade em suas comunidades de origem. [3]

### **Igreja, Estado e capitalismo**

As mais variadas sociedades lidaram de maneiras diferentes em relação ao sexo: ritual, festejo, relação entre casais, da mesma maneira o sexo entre pessoas do mesmo gênero foi encarado de maneiras diversas, cultuado, hostilizado, rito de passagem ou simplesmente outra forma de relacionar-se.

A partir do momento em que ‘o homem’ domes-



tica animais e é capaz de cultivar alimentos, sua relação com a natureza muda, e com ela sua interação social. Rapidamente desenvolvem-se as cidades, e as comunidades primitivas lideradas por mulheres passa a se fragmentar. Em pouco tempo surgem o comércio e as profissões, o homem passa a ser proprietário de terras (e de suas mulheres e filhos), com isso deixa de produzir em comunidade para a subsistência e passa a vender o excedente. A criação de seus descendentes deixa de ser compartilhada, assim o homem passa a compor família ao lado de uma mulher com quem tem filhos, estes são os herdeiros legítimos de sua propriedade. Estão criadas aí a base para o ideal de família monogâmica e nuclear, centrada num casal que deve gerar filhos.

A competição entre comunidades distintas dá origem à noção de nacionalidades, com ela surge o combate ao ‘estrangeiro’ e a necessidade de domínio sobre o outro, seja através da escravidão ou colonização, daí a importância de ter descendentes não só para herdar bens, mas para levar adiante sua cultura e etnia. Estas sociedades dão origem a diferentes maneiras de enxergar o mundo, explicar o que não conhecem e semear tradições e valores, está aí a origem das mais diferentes religiões.

De lá para cá os seres humanos desenvolveram-se cultural e tecnologicamente de maneira vertiginosa, o que não impediu que sua antiga composição familiar deixasse de existir. Do surgimento da agricultura à Revolução Industrial e ao advento do capitalismo, houve uma cada vez maior homogeneização das relações sociais, e a organização que era considerada mais interessante ao desenvolvimento do sistema passou a ser exigida como a única possível. Um clássico onde essa discussão é desenvolvida é a obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Engels (1884).

O domínio europeu, a colonização e a cristianização exercem papel fundamental no combate às práticas tidas como pecaminosas. A Igreja se tornou castigo e refúgio para homens com tendências homossexuais. Abdicar do sexo foi a alternativa para muitos que professavam o cristianismo e segue sendo até hoje. Para a igreja e o Estado (impregnado da mesma), o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo nada tinha de produtivo. Não era capaz de gerar herdeiros legítimos, assim como novos fiéis pagadores de dízimo, o sexo para estas pessoas têm caráter exclusivamente recreativo, o que por si só já era considerado uma aberração. Dominar os mais diferentes aspectos da vida, em especial um aspecto tão íntimo era demonstrar o quanto esta instituição era respeitável e poderosa. Entre os servos e explorados, dominar sua intimidade e disseminar um ódio irracional às variantes sexuais tinha como interesse fundamental fortalecer os ditames da igreja e dividir os oprimidos.

## Reverendo a questão LGBT no século XX

A ciência, assim como a cultura, é influenciada pelo sistema vigente, portanto a sexualidade e os casos de pes-

soas que não identificavam-se com seu gênero ainda há pouco eram tabus e não tinham uma explicação. O primeiro estudioso a debruçar-se sobre o tema é Magnus Hirschfeld (1868-1935), renomado sexólogo alemão. Magnus foi o criador do ‘Comitê Científico Humanitário’, organização que tinha como intuito mudar a visão que se tinha dos homo e transexuais através da ciência. Além de estudar a sexualidade humana, a organização foi responsável por promover o primeiro ato político em prol dos direitos LGBT. Seu comitê lutou pela revogação do Parágrafo 175 do código penal alemão que criminalizava o sexo entre homens. Magnus só pode contar com o apoio de uma minoria do Partido Social Democrata Alemão, em especial de August Bebel, que condenou a lei diante do parlamento.

Os socialistas também foram responsáveis por solidarizar-se e condenar a prisão do poeta Oscar Wilde por ‘indecência’. Apesar da preocupação humanitária, seu discurso estava limitado aos estudos científicos e a condenação moral da discriminação. Eduard Bernstein escreveu que: *“Toda nossa existência cultural, nosso modo de vida da manhã à noite, é um constante atentado contra a natureza, contra as pré-condições naturais de nossa existência. Se se tratasse somente do que é natural, os piores excessos sexuais seriam tão censuráveis como, por exemplo, escrever uma carta – já que a forma de estabelecer a integração humana por meio da palavra escrita é tão alheia da natureza como qualquer das formas conhecidas de satisfazer as necessidades sexuais nunca poderia ser”*. [4]

Vista como doença ou distúrbio, uma série de métodos foram criados para tratar e ‘curar’ homo e transexuais. Com isso foram aplicadas terapia hormonal, aversão, hipnose, choques elétricos, estupro corretivo, submersão, castigos físicos, castração e lobotomia. Chamada de ‘homossexualismo’, a homossexualidade foi considerada uma patologia até 1991 pela Organização Mundial da Saúde, quando publicou o Cadastro Internacional de Doenças (CID-10), retirando o termo. Os pioneiros foram os americanos quando, em 1973, o seu conselho de psiquiatria deixou de considerá-la como um distúrbio. Dois anos depois foram seguidos pelo conselho de psicologia.

No Brasil, em 1985, o Conselho Federal de Medicina repete a decisão dos americanos, e em 1999 o nosso conselho de psiquiatria estabelece normas para o atendimento nesses casos, rechaçando completamente toda tentativa de ‘curar’ a homossexualidade [5]. O mesmo não se repetiu com a transexualidade. Hoje, mesmo com a publicação de um novo catálogo de doenças, permanecem sendo tratados como doentes homens e mulheres que não se identificam com seu sexo biológico [6].

Com a Revolução Bolchevique de 1917, é liquidado o antigo código penal czarista que pune a sodomia. Com isso, a União Soviética torna-se o primeiro Estado a deixar de interferir em aspectos íntimos da vida de seus cidadãos. E não se limita a isso, a nova legislação vigente permite o divórcio de maneira facilitada, abolindo assim a posse da mulher pelo marido. Os soviéticos também estiveram na vanguarda dos estudos sobre a diversidade sexual e de gê-

nero, o biólogo Nikolai Koltsov e sua equipe trabalharam para o desenvolvimento da primeira cirurgia de redesignação sexual ainda na década de 1920. Para ele, não existia um ‘sexo intermediário’, mas vários. [7] Ademais, Georgy Chicherin, homossexual, estava preso na Inglaterra quando teve sua liberdade exigida em troca da autorização de ingleses deixarem o país. De volta à URSS, sucedeu Trotsky no cargo de Comissário do Povo para Relações Exteriores. [8]

Todavia, com a ascensão de Stalin à gerência do primeiro Estado operário, uma reação aos avanços sociais alcançados é tomada. O termidor soviético promove uma caça a direitos civis alcançados. A União Soviética até então poderia ser considerada mais democrática que qualquer democracia burguesa, mas, para a burocracia, tamanha liberdade teria um custo muito alto. Com isso, voltam à tona no código penal punições à sodomia e práticas que, se antes eram contra a Igreja, agora são tratadas como desvios burgueses. O casamento e a família voltam a ter papel fundamental, e assim o ‘novo homem soviético’ repete a organização social do velho camponês no gélido país dos czares, o aborto volta a ser restrinvido e o divórcio dificultado. O sucesso da economia planificada é utilizado para justificar os passos para trás tomados pelo regime. [9] O exemplo do stalinismo foi repetido em outros Estados operários deformados como China, Cuba, Coreia do Norte e Vietnã, onde o estado passou a perseguir com maior vigor ou manteve legislação que perseguia LGBTs.

### Lutar pelos LGBTs, lutar pelo socialismo!

Como camada oprimida, os LGBTs devem estar no front de batalha pela revolução social, especialmente aqueles e aquelas que fazem parte da classe trabalhadora. Estima-se que pelo menos 10% da população mundial esteja entre as pessoas com sexualidade e gênero diverso. Hoje muitos gays e lésbicas identificam-se entre uma camada jovem e sem perspectiva da população, desempregada ou sujeita a profissões e regimes de trabalho degradante, diferente do que é exposto pela mídia, que glorifica um tipo ideal de LGBT+ (só existente entre os setores mais abastados). A burguesia liberal foi aos poucos reconhecendo este setor da população e enxergando um potencial consumidor enorme e, com isso, criou um perfil do LGBT+ bem quisto pela sociedade: homens e mulheres cultos, bem-sucedidos,

com uma vaidade exacerbada, dispostos a ter uma relação estável e monogâmica, sem trejeitos que confrontem com seu sexo biológico, ambos respondendo a um forte apelo consumidor e de preferência devem almejar ter filhos.

O ‘pink money’ utiliza-se de uma retórica meritocrática para demonstrar como é livre e maravilhoso viver sob o capitalismo. Empresas colocam casais gays em suas propagandas e afirmam apoiar a causa das minorias sexuais, desde que comemorem sua liberdade consumindo seus produtos. A mesma lógica foi usada para demonstrar o “empoderamento” das mulheres e negros, e assim negar que o machismo e o racismo perpetuado pelo sistema vigente sejam estruturais e necessitem do fim do capitalismo para serem extintos de fato.

A homofobia é responsável por promover angústia, estresse e sofrimento ainda na infância, e estes sintomas são perpetuados por toda a vida adulta. Há estudos que estimam que os jovens LGBT+ têm de 2 a 10 vezes mais chances de se suicidarem, tem o dobro de chance de ter uma depressão profunda, sofrem mais de doenças cardíacas e é mais provável um gay morrer por suicídio do que por AIDS. A pressão causada pela visão negativa da sexualidade e do sujeito pode levar até mesmo a uma desregulação na produção de cortisol (hormônio diretamente envolvido na resposta ao estresse). [10]

A maneira como se enxerga, ou quer ser enxergado, leva LGBTs a mudarem seu comportamento social e sexual. Desde o autopolicamento em relação a como se vestir ou que lugares frequentar, até o apelo ao tabaco, álcool e drogas sintéticas, mesmo entre aqueles que lidam bem com sua sexualidade, é uma constante. Há uma preocupação cada vez maior sobre homens que por auto exclusão e incômodo durante interações sociais, passam a buscar prazer arriscando-se em encontros ‘chemsex’, festas combinadas por aplicativos onde desconhecidos praticam sexo sem proteção e sempre sob efeito de drogas. [11]

Segundo levantamento divulgado pelo Grupo Gay da Bahia, só em 2017 foram assassinados 445 LGBTs no Brasil, o que faz do país líder mundial em casos de mortes relacionadas à homofobia. Neste levantamento foram computados apenas crimes notificados pela imprensa e que chegaram à polícia, o número real deve ser ainda maior. Geralmente estes crimes são praticados sem a menor chance de defesa para suas vítimas: espancamento, apedrejamento, execução a tiros, pauladas, asfixia, etc. . 56% de





las foram mortas em vias públicas, outros 37% dentro da própria residência. Ao contrário do que afirma a direita, apenas 4% dos assassinatos é provocado por um cônjuge ou ex da vítima. Cerca de 25% dos casos é solucionado e 10% punido. A cada cinco LGBTs mortos no mundo, um é brasileiro, sendo um a cada 18 horas. [12]

A situação do(a)s transexuais é ainda pior. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 95% das trans são levadas a apelar para a prostituição por conta da dificuldade em conseguir emprego. As profissionais do sexo são 50,6% das vítimas de homofobia, apesar de serem uma minoria dentro do universo gay. Para poder trabalhar apelam ao uso de hormônios sem qualquer acompanhamento e injetam silicone industrial em seus corpos, o que em muitos casos é fatal. Além da preocupação com a violência, existe o risco de contrair doenças: AIDS, sífilis, tuberculose e hepatite são preocupações constantes. A expectativa de vida de uma transexual no Brasil é de 35 anos. O que leva travestis e transexuais a apelar para a prostituição é a pobreza, a falta de emprego e a dificuldade no acesso à educação: a evasão escolar nesta camada é de cerca de 82%. [13]

Diferente dos que atacam o ridículo espantoso da ‘ideologia de gênero’, somos pela educação sexual nas escolas, esta deve abordar a saúde e a aceitação da diversidade. Sabemos que o ambiente escolar é potencialmente discriminatório, fonte e origem de traumas em jovens LGBTs.

Em casa, muitos sofrem com o preconceito, por isso demandamos a instituição de centros de acolhimento para esses jovens rejeitados pela família.

Somos contra qualquer tipo de restrição/diferenciação à adoção ou ao reconhecimento civil de sua relação. Defendemos uma política de saúde voltada para essa população. Atendimento psicológico especializado a todos que se sentem desconfortáveis com sua condição sexual.

Nome social em documentos, terapia hormonal, redesignação sexual e procedimentos estéticos para transexuais adequarem seus corpos ao seu gênero de identidade. Junto a isso defendemos o direito de frequentarem os mesmos espaços públicos abertos ao seu gênero. Combatemos a posição de algumas feministas que consideram que o fato de uma trans ter pênis a torna uma assediadora em potencial. Pelo contrário, as enxergamos como mulheres trans que, além de oprimidas pelo machismo, são vítimas da transfobia, o que torna o simples fato de usar o banheiro um transtorno.

Rechamos a restrição ou a aplicação de condições especiais para que LGBTs possam doar sangue: o sangue que é recusado pelos hemocentros é o mesmo que escorre pelas calçadas de ruas e avenidas pelo Brasil! Os critérios de aceitação ou não de doações deve ser o mesmo que para os heterossexuais.

Combatemos a homotransfobia, somos pela criminalização destes atos, mas não depositamos confiança no Estado responsável por perseguir e se omitir sobre o sofrimento da população LGBT. Defendemos simultane-

amente a organização do(a)s homo e transexuais pela sua autodefesa. [14]

Os sindicatos têm papel fundamental na organização dos LGBTs, pois sabemos que são uma camada superexplorada e oprimida da população, sujeita a precarização extrema das condições de trabalho, assédio constante e o risco de não conseguir outro emprego. Estes também devem mobilizar os jovens LGBTs desempregados para a defesa de seus direitos e da garantia de trabalho.

Combatemos propostas que visam legalizar e institucionalizar a exploração da prostituição (como o PL “Gabriela Leite” de Jean Willys, do PSOL), mas somos contra a criminalização das prostitutas e sua perseguição pelas polícias; lutamos pela melhoria das condições de vida dos LGBTs.

Nenhuma ilusão nas empresas que se utilizam da necessidade dos LGBTs por aceitação para se enriquecer, como os países e cidades que fazem um discurso pró-LGBT para atrair turistas ou atacar outras nações e imigrantes estrangeiros (como Israel). Somos acima de tudo internacionalistas e proletários, não apoiamos um governo ou nação de acordo com a quantidade de bares gays que possui.

Lutamos pela memória dos LGBTs perseguidos pela Igreja ao redor do mundo, pelos carrascos do marxismo nos Estados operários degenerados, pelos nazistas na Alemanha e pela ditadura militar brasileira.

Honramos o exemplo dos LGBTs que rebelaram-se em Stonewall contra a homofobia e a extorsão praticada pela polícia, levantando a bandeira do movimento gay em todo o mundo e dando origem ao Dia do Orgulho e LutaLGBT.

Exaltamos figuras como a de Mark Ashton, membro do Partido Comunista Britânico que liderou o movimento ‘Lesbians & Gays Support The Miners’, em solidariedade aos mineiros em greve durante a era Thatcher.

Por fim, defendemos o socialismo como a via para libertar os LGBTs, ao erradicar as contradições e estruturas capitalistas.

**Referências:** Para acessar as referências desse artigo, acesse a versão online. Todas são de materiais também online. <https://rr4i.milharal.org/a-questao-lgbt-e-o-socialismo/>



## A questão LGBTQ+ e o socialismo

Por Pablo Pedrosa, junho de 2018.



Ao contrário do que é pregado por uma parcela significativa da classe dominante e pelos reacionários em geral, a repulsa ao comportamento homossexual não é um instinto natural do ser humano, que em seu processo de desenvolvimento social vem abrindo espaço às minorias sexuais para que “tenham liberdade de amar”. Outro mito atribuído à sexualidade humana é que ancestralmente o acasalamento tinha apenas uma função reprodutiva, e que nossa espécie evoluiu de maneira que este envolvesse laços de afetuosidade entre um casal de macho e fêmea.

### A sexualidade em outras espécies

Há registros de atos homossexuais em pelo menos 500 espécies, de vermes intestinais a mamíferos de grande porte, passando por peixes, anfíbios e uma infinidade de aves. Portanto, o sexo meramente reprodutivo sequer é uma realidade entre os animais selvagens. O que explica esse tipo de comportamento nestes? Cientistas de uma série de matizes ideológicos tentaram demonstrar como a homossexualidade animal poderia ser justificada com a falta de parceiros (as) do sexo oposto, uma estratégia de sobrevivência, uma forma de demonstrar poder durante a competição entre machos ou por questões hormonais. Diversas espécies animais buscam no ato sexual também uma forma de prazer, e para uma parcela destes, sua atração está voltada a parceiros do mesmo sexo.

Isso demonstra porque cerca de 8% dos ovinos recusam-se em procurar parceiras, mesmo em período fértil, preferindo copular com outros machos, já as macacas da espécie *Fuscata* apresentam comportamento agressivo quando um macho se aproxima enquanto têm suas relações. Entre os Bonobos, 60% das relações são entre fêmeas da mesma comunidade.

Não visamos aqui justificar a prática homossexual usando como exemplo os animais; em centenas de milhares de anos de evolução, nos distanciamos de hábitos como o canibalismo e o incesto, naturais no meio animal. O que queremos demonstrar é que, diferente da homofobia, o desejo por parceiros do mesmo sexo é natural, e o que justifica a condenação dos humanos a esta prática é a forma como nossas sociedades se desenvolveram, ou seja, como os meios materiais levaram a que nossa interação sexual fosse voltada apenas ao sexo entre seres de gêneros opostos.

Falar sobre homossexualidade no homem primitivo seria o mesmo que tratar de homofobia no reino animal. Para começar, esta terminologia é extremamente recente e a preocupação sobre o quão natural é este comportamento advém da discussão sobre os limites entre o que deve ser aceito ou não pelas sociedades ‘modernas’.

### A homossexualidade humana ao longo do tempo

A imagem de Niankhkhnun e Khnumhotep, dois servos reais em ato semelhante a um beijo, é o primeiro registro de um ato homossexual de que se tem notícia. A homossexualidade está presente também entre os deuses, como na lenda de Horus e Seth.

Tribos ameríndias designavam membros como “dois espíritos”, para representar homens e mulheres que se vestiam e adotavam comportamentos comuns ao sexo oposto. Nestas tribos era comum que os pais criassem seus filhos de maneira ‘neutra’. Sendo assim, as crianças iam demonstrando a que gênero mais se identificavam conforme iam crescendo. Seriam nossos transgêneros de hoje. [2]

Na Grécia antiga, a “paideia” era a tradição na qual um homem adulto agia como

**Continua na p. 22**